

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ARYANNE ROCHA

**PÓS-CAPITALISMO EMERGENTE: AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E
DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NO CASO DE DOIS COLETIVOS BRASILEIROS**

Porto Alegre

2018

ARYANNE ROCHA

**PÓS-CAPITALISMO EMERGENTE: AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E
DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NO CASO DE DOIS COLETIVOS BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Gláucia Angelica
Campregher

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Aryanne
PÓS-CAPITALISMO EMERGENTE: AS NOVAS FORMAS DE
PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NO CASO DE DOIS
COLETIVOS BRASILEIROS / Aryanne Rocha. -- 2018.
92 f.
Orientador: Gláucia Campregher.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Capitalismo . 2. Pós-Capitalismo. 3. Economia
colaborativa. 4. Relações em rede. I. Campregher,
Gláucia, orient. II. Título.

ARYANNE ROCHA

**PÓS-CAPITALISMO EMERGENTE: AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E
DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NO CASO DE DOIS COLETIVOS BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^a Gláucia Angelica Campregher – Orientadora
UFRGS

Prof^º. Dr^º. Alessandro Donadio Miebach
UFRGS

Prof^º. Dr^º. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Devo essa oportunidade à todos os trabalhadores brasileiros que contribuem para as instituições públicas de ensino. Agradeço os vários conjuntos de profissionais por fazerem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul um espaço de união, de construção da mudança e de renovação de esperança em um país melhor. Obrigada à muitos que depositam nela mais esforço do que aquele que o emprego pede, como o pessoal muito querido com quem trabalhei na RELINTER.

Agradeço aos meus pais, Valdemilson e Regina, por anos *soldados ao detalhe* para que eu pudesse crescer tendo oportunidades. Obrigada por levantarem muito cedo para ir trabalhar, sacrificarem finais de semana, permitirem distâncias físicas para que eu pudesse estudar e também concretizar meus sonhos de lonjura.

Aos meus familiares, vizinhos de porta e amigos das povoações grossenses, obrigada pelo calor calmo com que me recebem sempre que volto. Se esse calor é mérito do clima do cerrado ou não, contradigo aqui todos os geógrafos que o dizem ser para afirmar com certeza que é de vocês que ele vem!

À inspiradora Gláucia Campregher, pela disposição, sinceridade e orientação ao longo desse ano. Desde o começo, quando apareci balbuciando sobre pós-capitalismo, você teve a paciência de me mostrar que antes de querer mudar o mundo é preciso se engajar em teorizá-lo a fundo. Aprendi então que é preciso não ter medo de admitir o que não sei, organizar rapidamente a coragem de correr atrás do prejuízo e mergulhar na realidade (mesmo) para articulá-la depois. Obrigada pela aposta contínua no movimento, na dialética, nas iniciativas e nos diálogos.

Aos amigos que conheci em Porto Alegre e com os quais convivi nos últimos cinco anos: todo o carinho com que olho para a amizade que construímos não se transfere para cá. Douglas, Iasmini, Ricardo, Camila, Rodrigo, Marcelo, Ada, Tobias, Catharina, Bruno, Víctor, Bárbara, Vichy, Erik e Bruna, sou muito grata por ter tido vocês comigo.

“Se fizesse sol, se por um dia viesse o sol e fosse possível caminharmos, queria ir ao cabeço espiar o mar e sentir a força do vento. De qualquer modo, expliquei, era o lugar onde a Sigridur gostaria de estar. Era ali. Talvez com as baleias à vista e o tremendismo todo da nossa terra. E disse-lhe que pensava irremediavelmente em fugir. Que fugiria sozinha, por mais que isso nos magoasse. Ele chorou. Vou deixar-te um dia, Einar, a ver a desumanidade do mundo. Que o mundo acaba para os homens, como jura o meu pai, e eu quero saber de que animais se habitará. Não quero ficar guardada de nada. Vou ver os animais de perto.”

Valter Hugo Mãe

RESUMO

Conforme a teoria marxista, a história humana é compreendida como uma sucessão de formações econômicas sociais, portanto, de modos de produção. O movimento de avanço para a forma superior é impulsionado pelo conflito entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. No caso do capitalismo, tais conflitos envolveriam crises de reprodução devido à superprodução de mercadorias, superconcentração de capital e negação do trabalho vivo. Pode-se dizer que o capitalismo na atualidade tem confirmado muitas destas previsões e muitos autores apontam para a insuficiência do sistema capitalista em, mais uma vez, responder às suas contradições, particularmente no que diz respeito ao progresso das forças produtivas com as novas tecnologias. Se, contudo, para Marx, era claro que as mudanças nas forças produtivas exigiam e possibilitavam mudanças nas relações sociais, os autores de referência desta monografia, em linhas gerais, concordam que ambas se condicionam mutuamente. No que diz respeito às transformações das forças produtivas, os avanços das novas tecnologias de informação tiveram papel relevante ao oportunizar, além da produção e do tratamento da informação e da comunicação mais fáceis e baratos, modos "alternativos" à organização capitalista do trabalho, isto é, práticas e relações de cooperação e troca que transcendem a troca mercantil. Neste trabalho, apresentamos as análises de alguns autores próximos ao campo marxista na atualidade que estão se debruçando sobre estas mudanças — formuladores da Terceira Revolução Industrial, da Economia colaborativa, do Capitalismo Cognitivo, da Sociedade em Rede —, analisamos as novas formas de organização do trabalho e da produção e pretendemos aproximar esses estudos de uma observação específica para vermos até que ponto estas análises dão conta do que ali se observa. A observação em questão foca em associações no segmento de produção independente de mídia no Brasil dos anos 2000 — os canais alternativos Mídia NINJA e Agência Pública —, e intencionamos observar até que ponto as práticas e processos destes fogem à lógica capitalista. Ambos os coletivos são examinados a partir de pesquisas empíricas realizadas por outros pesquisadores que nos permitirão essa aproximação. A partir disso, avaliamos se e como os valores e as práticas desses coletivos são efetivamente distintos dos tradicionalmente capitalistas e conduzimos ao fim uma elaboração de seus limites e alcances, observando, dentre outras conclusões, que em tais coletivos as articulações e relações são em sua maioria extraeconômicas e aproximam-se daquelas notadas no âmbito teórico do bem-comum.

Palavras-chave: Capitalismo. Pós-Capitalismo. Economia colaborativa. Relações em rede.

ABSTRACT

According to the Marxist theory, human history is understood as a succession of social economic formations, therefore, of modes of production. The movement towards the higher form is driven by the conflict between the productive forces and the social relations of production. In the case of capitalism, such conflicts would involve crises of reproduction due to the overproduction of commodities, overconcentration of capital and denial of living labor. It can be said that capitalism today has confirmed many of these predictions and many authors point to the insufficiency of the capitalist system in responding to its contradictions, particularly with respect to the progress of the productive forces with the new technologies. If, however, for Marx, it was clear that changes in the productive forces demanded and made possible changes in social relations, the authors of this research, in general, agree that both conditions are mutually dependent. In concern of the transformations of the productive forces, the advances of the new information technologies played an important role in providing, in addition to producing and treating information and communication easier and cheaper, "alternative" ways to capitalist labor organization, that is, practices and relations of cooperation and exchange that transcend the mercantile exchange. In this work, we present the analyzes of some authors who are nowadays focusing on these changes — formulators of the Third Industrial Revolution, Collaborative Economy, Cognitive Capitalism, Network Society —, and analyze the new forms of organization of work and production, and we intend to bring these studies closer to a specific observation to see to what extent these analyzes account for what is observed there. The observation in question focuses on associations in the independent media production segment in Brazil in the 2000s — the alternative channels Mídia NINJA e Agência Pública — and we intend to observe to what extent the practices and processes of these can be understood out of the capitalist logic. Both groups are examined from empirical research by other researchers that will allow us to approach them. From this, we evaluate whether and how the values and practices of these collectives are effectively distinct from those traditionally capitalist and we elaborate their limits and scope, observing, among other conclusions, that in such collectives the articulations and relations are for the most part extra-economic and can be related to those within the theoretical framework of the common good.

Keywords: Capitalism. Post-Capitalism. Collaborative Economy. Network relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Silke Helfrich	58-59
Figura 2 – Palavras-chave para as práticas da Mídia NINJA e Agência Pública	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Modelo de Bauwens e Kostakis	65
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMC	Comunicação Mediada por Computadores
FdE	Fora do Eixo
GEE	Gases de Efeito Estufa
IRENA	International Renewable Energy Agency
MSO	Movimento Social Organizado
N.I.N.J.A	Narrativas independentes, Jornalismo e Ação
REN21	Renewable Energy Policy Network for the 21 st Century
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TRI	Terceira Revolução Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O CAPITALISMO, SUAS CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS E SEU FIM CONFORME O MARXISMO	20
2.1	O modo de produção: as forças produtivas e as relações sociais de produção	20
2.2	O capital é valor que se valoriza: o estabelecimento do modo de produção capitalista, suas leis econômicas, suas bases sociais e as contradições entre elas	23
2.3	O sistema colapsa por si só? Uma apresentação geral das contradições do capital.....	28
2.4	O capital em cheque: o fim do capitalismo é possível?.....	31
3	AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A NOVA ECONOMIA DA COLABORAÇÃO.....	36
3.1	O (pós)capitalismo da Terceira Revolução Industrial.....	36
3.2	É possível identificar transformações nas relações sociais de produção na atualidade?	43
3.3	O surgimento da Economia Colaborativa	52
3.4	As novas tecnologias e as mudanças na produção de informação jornalística	67
4	AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO: O ESTUDO DE CASO DE DUAS AGÊNCIAS BRASILEIRAS	71
4.1	O segmento jornalístico brasileiro e a produção alternativa da informação	71
4.2	As novas formas de produção e difusão da informação na Mídia NINJA e Agência Pública	75
4.3	As novas formas de produção e difusão da informação: pós-capitalismo?	81
5	CONCLUSÃO	83
6	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se por Capitalismo qualquer formação social em que são hegemônicos a acumulação e a circulação de capital orientando a produção não só material, mas social da vida. A acumulação de capital, por sua vez, pressupõe o regime de assalariamento que separa os donos dos meios sociais de produção daqueles que detêm tão somente sua força de trabalho. Dessa organização do trabalho voltada para a produção de mais capital, tem-se que o desenvolvimento de todas as potencialidades da produção capitalista, isto é, de aumento da produtividade através de inovações que poupam trabalho, coloca teoricamente em cheque a reprodução do capital.

Essa é uma lei básica e uma das contradições do capital a partir da qual nossa análise deve partir se queremos examinar qualquer alternativa ao capital. Além disso, é necessário compreender que as transformações históricas, antes de serem causadas pelo avanço das forças produtivas, resultam de mudanças nas forças produtivas e no tecido social que mutuamente se tencionam. Essa constatação diz respeito a contradição básica observada por Marx de que as forças produtivas e as relações de produção são os dois lados da moeda, logo, uma não caminha sem a outra.

No início dos anos 1990, ao escrever “Pós-Modernismo: a lógica do capitalismo tardio”, Fredric Jameson inicia seu livro metafóricamente se referindo a esses anos como uma nova e estranha paisagem revelada após a poeira dos eventos que se iniciara em 1970 baixar. A situação histórica nos anos 70 foi marcada sobretudo por uma grande crise econômica em escala global que pressionou a reestruturação do sistema capitalista que se daria nos anos 80. A revisão geral do capitalismo, traduzida no desenvolvimento de um projeto sócio-político neoliberal, interagiu com o desenvolvimento das novas tecnologias — ou da Revolução da Tecnologia da Informação —, formando a base material da então emergente sociedade da informação (CASTELLS, 1999).

Tomando a metáfora de Jameson emprestada, o ponto de partida deste trabalho é a nova e estranha paisagem das relações sociais de produção que acompanharam a evolução das técnicas desde os anos 70. A partir dessas décadas, a ascensão e especialmente a difusão das novas tecnologias de informação formaram um contexto em torno de um novo paradigma tecnológico e diferentes atividades econômicas, sociais, políticas e culturais se estruturaram pela Internet e em torno dela.

Novas maneiras de agir, pensar, de se relacionar, de consumir, de organizar o trabalho e de produzir que são possíveis e potencializadas pela convergência tecnológica desorganizam e

colocam em cheque as velhas formas de produzir as coisas. São mobilizações relacionadas ao compartilhamento, em torno de expressões como “*sharing economy*” e “bens comuns” que em seu interior podem ser vistas como extensão de uma cultura digital que nasce no interior das redes, mas não se limita à ela. São práticas, movimentos e ações que configuram uma nova realidade baseada na colaboração, em que a informação abundante não está adequada aos ditames capitalistas do assalariamento e da lei do valor e caminham em descompasso com os sistemas de mercado. Se esses pressupostos clássicos capitalistas, a princípio, não orientaram essas novas práticas de produção e circulação, o que se vislumbra é a possibilidade de não se tratar do Capitalismo.

A frase entoada no 1º Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre, “um outro mundo é possível” se parece com a defesa que Galeano fez ao direito de sonhar ao sugerir olhar para além da infâmia e adivinhar outro mundo possível (“Qué tal si clavamos los ojos más allá de la infamia para adivinar otro mundo posible?”). Do mesmo modo que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 70, o caminho a ser escolhido hoje definirá o “caráter da próxima evolução do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 16). A habilidade das sociedades de dominarem a tecnologia e de utilizarem da “capacidade de autocomunicação, deliberação e codecisão de que agora dispomos na Galáxia Internet” permite colocar “[...] em prática o enorme caudal de informação e conhecimento de que dispomos para gerir nossos problemas [...]” (CASTELLS, 2018, s.p). Mas mais do que isso, a tecnologia criou uma saída e quando “comportamentos e organizações aptas a explorar a mudança tecnológica aparecem espontaneamente, o pós-capitalismo se torna possível” (MASON, 2017, p. 15).

Outro sentido que tais mudanças estão tomando diz respeito às intenções do capital de levar a cabo seu objetivo central, a obtenção de lucro e, portanto, continuar se apropriando da riqueza comum, mantendo controle sobre as formas de organização e trabalho, ou seja, usar as inovações para facilitar, sustentar ou potencializar a maximização de lucros. A organização em torno da cooperação, da colaboração e do compartilhamento constituem apenas formas mais eficazes de aumentar a lucratividade e acumular mais capital e as tecnologias seriam empregadas para práticas predatórias do capital.

O objetivo central deste trabalho é verificar se, objetivamente e em um setor específico, as práticas e processos de organizar e produzir fazem parte de novas formas de produção e trabalho a partir das elaborações teóricas tratadas sobre pos-capitalismo. Assim, nosso recorte de análise é a realidade econômica brasileira no setor de produção da informação jornalística, fazendo o estudo

de caso da Mídia NINJA e da Agência Pública, ambas exemplos de um coletivo alternativo e independente de produção de informação.

Além do objetivo central, intencionamos:

- a) conceituar o modo de produção capitalista, abarcando sua definição mais clássica, conforme Marx, e abordar as contradições que servirão para os propósitos da pesquisa;
- b) pontuar as transformações trazidas pelas novas tecnologias no que tange ao novo cenário de uma economia dita colaborativa, situando-a no debate pós-capitalista;
- c) mapear as especificidades das relações de produção dos coletivos jornalísticos Mídia NINJA e Agência Pública;
- d) significar as relações sociais de produção nos veículos de mídia independente acima citados com base na teoria proposta no trabalho a fim de alcançar o objetivo central da pesquisa.

Os procedimentos de pesquisa foram de análise bibliográfica de autores que teorizam sobre as mudanças em curso e exame das investigações empíricas junto aos coletivos citados.

Esse trabalho se divide de forma que no primeiro capítulo será abordado a definição marxiana de modo de produção, os elementos que caracterizam o Capitalismo e suas contradições, servindo de base teórica para analisar os caminhos das transformações bem como sua possibilidade de superação.

Levando em consideração que as bases de infraestrutura para uma era colaborativa emergente já estão sendo construídas, no segundo capítulo abordaremos a transição para a Terceira Revolução Industrial para então estudarmos as mutações nas relações sociais que acompanham a evolução das técnicas. Analisaremos as novas metamorfoses do trabalho, com especial ênfase para as novas práticas colaborativas a partir das quais se organizam a produção e circulação da informação jornalística, nosso estudo de caso.

O terceiro e último capítulo têm como objetivo analisar as práticas e valores dos coletivos Mídia NINJA e Agência Pública. Para tanto, contextualizaremos brevemente o segmento jornalístico alternativo brasileiro seguido de um exame dos dois coletivos. O último ponto do capítulo busca fazer considerações finais sobre o estudo de tais mídias.

Por fim, pretende-se fazer curtas considerações acerca dos propósitos da pesquisa.

2 O CAPITALISMO, SUAS CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS E SEU FIM CONFORME O MARXISMO

Nesse capítulo, pretende-se conceituar o modo de produção capitalista, abarcando sua definição mais clássica, conforme Marx, fazer uma apresentação geral das contradições do capital que servirão de base para se compreender as possibilidades pós-capitalistas a partir do próprio Capitalismo.

2.1 O MODO DE PRODUÇÃO: AS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Um modo de produção consiste em uma relação entre uma formação social específica e sua base econômica — estrutura econômica (MARX, 2008)¹. A infraestrutura corresponde às condições materiais de produção e reprodução da vida humana, isto é, o conjunto de forças produtivas, relações sociais de produção e meios de produção. Erigida sob esta, estão as estruturas jurídicas, políticas, culturais, filosóficas, artísticas e ideológicas que permitem a reprodução da estrutura econômica (MARX, 2008). Não é possível compreender uma sem a outra. Necessariamente, forças produtivas e as relações de produção são complementares e, no entanto, essa unidade é contraditória em si. Conforme notou Marx, as forças produtivas materiais da sociedade se expandem mais rápido que as relações de produção, isto é, as forças produtivas, ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, se chocam com “as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então” (2008, p. 49).

Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e, ao mudarem o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações

¹ A base econômica — ou ainda base material ou base real — é também comumente chamada de infraestrutura e a estrutura jurídica e política, de superestrutura. “Marx supõe que há uma base econômica sobre a qual se erguem os arcabouços do pensamento, assim como uma superestrutura política e legal que define coletivamente como tomamos consciência dos problemas e os enfrentamos” (HARVEY, 2013, p. 196).

sociais. O moinho manual dar-nos-á a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 1976, p. 88).

As relações sociais de produção, assim, se convertem em obstáculos às formas de desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras,

A formação social é o lugar de uma primeira "contradição" entre as classes, que Marx designa pelos termos luta, guerra, oposição, que podem ser tanto "abertas como veladas", cujos termos são, "numa palavra, opressores e oprimidos" (fórmulas do Manifesto). Ela se acha aqui relacionada como em sua essência a uma segunda forma de "contradição", que Marx sempre toma o cuidado de não confundir com a primeira, até na terminologia: chama-a de "antagonismo" "não no sentido individual" (nicht im individuellen Sinn), isto é, não uma luta entre os homens, mas estrutura antagônica; é inerente à base econômica, típica de um modo de produção determinado, e seus termos são denominados "nível das forças produtivas", "relações de produção". É o efeito de ruptura revolucionária do antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção que determina a passagem de um modo de produção a outro ("épocas progressivas da formação social econômica"), e com isso a transformação do conjunto da formação social (BALIBAR, 1980, p. 156).

Ao traduzir o modo de produção aos seus elementos constitutivos em constante contradição entre si, Marx estabeleceu "o mecanismo geral de todas as transformações sociais: isto é — a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais" (HOBSBAWN, 2006, p. 15). Balibar atentou para o caminho que Marx traçou, em que primeiro fez

[...] uma redução ao absolutamente invariante dos elementos pertencentes a qualquer estrutura social (uma base econômica, formas jurídicas e políticas, formas ideológicas); há, em seguida, um corte em períodos que substitui a continuidade histórica por certa descontinuidade, uma sucessão de estados da estrutura momentaneamente invariantes e que se modificam por mutação brusca ("revolução"): o antagonismo que provoca a mutação só pode ser determinado por essa invariância mesma, isto é, pela permanência dos termos por ele contrapostos (BALIBAR, 1980, p. 157).

O método de análise marxiano é histórico, dialético e materialista². Histórico, uma vez que o objetivo de Marx é apreender o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico natural (HARVEY, 2013). A concepção materialista, como Engels afirmou, parte

² Marx não desenvolveu sistematicamente seu método, com exceção de algumas páginas referidas a este na Introdução à crítica da Economia Política, limitou-se a aplicá-lo em suas análises (PRADO, 1973).

da tese de que a produção e a troca de produtos — e conseqüentemente toda a organização e divisão social — é a base de toda ordem social³. As causas das transformações sociais e políticas estão enraizadas, portanto, nas transformações operadas no modo de produção e troca (ENGELS, 1962). Transformações essas que originam-se do desenvolvimento das forças produtivas em não correspondência com as relações de produção, ao que se segue uma época de revolução social, em que as relações sociais se ajustam ao nível das forças produtivas (MARX, 2008). “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 50). Assim, é dialético, pois tem no princípio da contradição, a substância do movimento e das mudanças. Segundo a observação de Hobsbawm, “a teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão” (2006, p. 22). Nessa perspectiva, em todas as formações socioeconômicas, o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção necessariamente atingem um ponto de revolução, em que de uma formação social corrente emerge uma nova. De acordo com a concepção marxiana,

[...] uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 2008, p. 50).

A verificação de que a realidade (o movimento) corresponde à unidade dos contrários (princípio da contradição), permitiu-nos verificar a constituição de um modo de produção. Essa constatação servirá de base para o posterior debate acerca da possibilidade do fim do sistema capitalista. No entanto, compete tratar do capitalismo em si, o que será feito a seguir. Para expor as leis básicas do capitalismo, optou-se pelo esboço acerca do movimento que levou até a consolidação de suas características essenciais, portanto, da passagem do feudalismo para esse sistema. A preferência desse exame pela narrativa justifica-se pelo interesse da pesquisa em

³ Balibar lembra que “na expressão ‘materialismo histórico’, ‘materialismo’ nada mais significa senão *ciência*, e a expressão é rigorosamente sinônima de ciência da história” (BALIBAR, 1980, p. 154).

compreender como o movimento das contradições em um sistema permite o surgimento de um outro sistema a partir dele.

2.2 O CAPITAL É VALOR QUE SE VALORIZA: O ESTABELECIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, SUAS LEIS ECONÔMICAS, SUAS BASES SOCIAIS E AS CONTRADIÇÕES ENTRE ELAS

A marcha para o capitalismo começa tão logo a sociedade feudal é constituída e já começa a se decompor⁴. A rigor, condicionadas por um certo nível do desenvolvimento das forças produtivas nesse sistema estavam as relações econômicas governadas pela força coercitiva imposta pela força militar ou pelo costume (DOBB, 1975)⁵. Contudo, durante o período que vai do século XIV aos finais do século XVI, forças internas e externas simultaneamente dissolveriam o sistema e criariam as condições para o desenvolvimento posterior do capitalismo mercante⁶. As forças internas consistiram em lutas e revoltas camponesas contra a opressão feudal que estimularam a decadência dos domínios senhoriais e levaram ao surgimento de diferentes extratos do campesinato⁷ e, com isso, de formas de propriedades camponesas⁸. As forças externas eram relativas à expansão do comércio, dos mercados, à constituição dos Estados, ao desenvolvimento das cidades e ao afluxo de riquezas proveniente das pilhagens coloniais⁹. Beaud (1987) ressaltou

⁴ Essa pequena introdução sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo embarca os estudos mais comuns sobre o tema, logo, aqui reproduzida, está a atenção que os autores dão de forma genérica, mas majoritariamente ao feudalismo europeu ocidental, embora não confinado a este.

⁵ “e tinham na expropriação direta do excedente pela classe governante através da obrigação do trabalho sua forma clássica de extorsão do sobretrabalho” (DOBB, 1975, p. 62).

⁶ Como destacou Marx (2013), a era capitalista data do século XVI.

⁷ A partir dos sucessos das revoltas camponesas, os pequenos produtores agora tinham a possibilidade de usar o excedente da produção e arrendar mais terras, desenvolvendo ainda mais esse processo de diferenciação social. Essa diferenciação tendia para a formação de uma classe de kulaks (campeiros ricos) e uma classe de pobres sem-terra (DOBB, 1975).

⁸ *Inclousures of commons* (cercamento de terras comuns) consistiram na expulsão e expropriação dos camponeses das terras comunais que ocorreram em alguns lugares, transformando a propriedade feudal em propriedade privada. Tal expropriação em sua forma clássica aconteceu na Inglaterra, realizando-se de maneira radical (MARX, 2013).

⁹ Sob o ângulo do materialismo histórico, há um intenso debate sobre a prioridade de importância dos elementos que constituíram a transição entre os modos de produção feudal e capitalista, inicialmente centrado em Dobb e Sweezy e adiante em Robert Brenner. As contradições internas tem ênfase, por exemplo, nos estudos de Maurice Dobb, que afirma que estas atuam em qualquer caso e “determinam assim a forma e a direção particulares dos efeitos que as influências externas exercem” (DOBB, 1975, p. 65). Dobb é certo em defender que todas as forças observadas por

que novos modos de extorsão do valor tomaram lugar paralelamente à exploração feudal, alimentando o enriquecimento privado das burguesias europeias e permitindo-as acumular riquezas¹⁰.

Como regra geral, “ao atingir certo nível de desenvolvimento, [esse modo de produção] engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas [por ele]” (MARX, 2013, p. 831).

As economias de troca ou monetária começaram a progredir no final da Idade Média, levando à ruína grande parte da nobreza feudal sustentada pela economia natural tradicional. A emancipação dos servos partiu principalmente da necessidade de dinheiro dos senhores — usualmente para a guerra ou para o crescente luxo da nobreza feudal. (DOBB, 1975, p. 89).

Como mencionado pela citação, decisivo para a desintegração feudal e para a passagem do feudalismo ao capitalismo foi o processo de diferenciação social dentro do pequeno modo de produção, dissolvendo as velhas relações de produção e emancipando a exploração feudal aos poucos. A despossessão da terra de um estrato de produtores ou nas palavras de Marx,

[...] a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nânica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho (MARX, 2013, p. 831).

permitiu que as relações servis de produção entre os senhores feudais e os camponeses cedessem lugar à independência parcial dos camponeses.

No feudalismo, uma vez que os produtores imediatos aparecem como detentores dos meios de produção, e conseqüentemente a força de trabalho não pode tomar a forma de uma mercadoria, a apropriação de trabalho excedente pelos senhores feudais efetua-se

Sweezy atuaram em vários graus (como o papel que as cidades tiveram como imanes a fuga dos servos) em diferentes lugares e épocas. Para ele, contudo, as forças externas acentuam os conflitos internos do modo de produção, portanto, o efeito especial que tal fuga teve foi decorrente do caráter específico da relação entre servo e explorador feudal.

¹⁰ E é justamente sobre essa base geográfica desde os princípios expandida, que o capitalismo obterá sua mão de obra e matérias prima, desenvolverá seus mercados, estendendo seu domínio e organizando a acumulação: “[...] desde sua formação, o capitalismo é nacional e mundial, privado e estatal, concorrencial e monopolista [...]” (BEAUD, 1987, p. 63)

diretamente, por coerção extraeconômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias. No capitalismo, não só os produtos do trabalho se transformam em mercadorias como a própria força do trabalho se torna uma mercadoria. Neste estágio de desenvolvimento, o sistema de coerção desaparece e a lei do valor impõe-se como verdadeira sobre toda a economia. Os processos fundamentais são, portanto: mudança na forma social de existência da força do trabalho, consistindo na separação dos meios de produção dos produtos diretos; mudança no modo social de reprodução da força do trabalho; polarização dos produtores diretos ou dissociação do campesinato. (DOBB, 1975, p. 84-85).

A expropriação do produtor direto gerou uma massa de servos aptos a venderem sua força de trabalho (oferta de trabalho barato), estabelecendo-se a transição da exploração coerciva do excedente do trabalho pelos proprietários dominais para a prática do trabalho livre assalariado. Nos dizeres de Marx,

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno (...) Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias (MARX, 2013, p. 818).

Em sua forma elementar, como examinou Marx na citação acima, o capitalismo se caracteriza pela domínio da forma mercadoria. A mercadoria é, assim, invólucro de valor, a forma elementar da riqueza e assume a forma de mercadoria não apenas os produtos do trabalho, mas o trabalho ele mesmo. Assim sendo, ela é fruto de uma determinada sociedade em que todas as coisas são passíveis de troca e onde ela é hegemônica, o capitalismo nasce.

Essa nova relação social de produção, o assalariamento, permitiu o desenvolvimento de um mercado de compra e venda da força de trabalho e, com isso, um novo modo que organiza a produção com vistas à criação de um valor suplementar que se traduz na apropriação da mais-valia. A intenção do capitalista não é somente produzir um valor de uso, mas uma mercadoria; e “não só valor de uso, mas valor; e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263).

Produção capitalista, sendo produção de valor, tem necessariamente de ser produção de mais-valor. Mais-valor, por sua vez, subentende um processo por meio do qual um dos envolvidos no processo de produção – no caso, o trabalhador – produz mais valor do que recebe sob a forma de salário. [...] O mais-valor, contudo, além de desvendar o mecanismo de acumulação de capital, isto é, a expropriação do trabalhador, expressa um processo ainda mais fundamental: mais do que significar a exploração do trabalho, como de fato o

faz, o mais-valor representa a objetivação, estranhada dos sujeitos, do potencial que possui o trabalho (social) de reproduzir de forma ampliada as suas condições antecedentes (MARX, 2011, p. 20).

Assim, tendo por base o assalariamento, a lei mais básica do capitalismo é o capital investido para acumular capital, sendo que o processo histórico que dá condições ao assalariamento é o processo que dissociou o trabalhador dos meios de produção, e que é chamado por Marx de acumulação primitiva do capital. Para ele,

[...] a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786).

A generalização do assalariamento dá as bases para a organização coletiva do trabalho sob comando do capitalista com fins de expansão do capital investido por ele, entre outras coisas, na compra dessa força de trabalho. A continuidade, ou a reprodução do modo de produção capitalista desde seu processo de acumulação primitiva, incluem a reprodução de bens ou mercadorias (inclusive as que serão usadas como bens de produção e matérias primas), mas também o trabalho como mercadoria. Isso significa que há que se reproduzir o capital como relação social. Contudo, se o processo de acumulação primitiva representa uma acumulação de capital nas mãos de poucos provinda do roubo e da violência (extraeconômica, como diria Marx), a continuidade do assalariamento garante aos capitalistas a produção de riqueza nova, de modo constante, sem violência. O capitalismo¹¹ é, portanto, um modo de produção cujo propósito do capital é o lucro “[...] que se traduz socialmente na acumulação perpétua do capital e na reprodução do poder da classe capitalista” (HARVEY, 2016, p. 96).

¹¹ Convém destacar que alguns autores, como Nancy Fraser (2014), elaboram uma descrição do capitalismo que reconhece gênero, ecologia e poder político como estruturantes. Fraser retoma o conceito de Marx, sublinhando que suas quatro características principais — a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho livre, orientação voltada para a acumulação de capital e mercado em que tudo é mercadoria — na verdade supõe outras que constituem suas condições de possibilidade.

O assalariamento pode assim ter tido uma pré-história de violência e desapropriações, mas uma vez dado, se reproduz sob o véu de um contrato entre livres e iguais. Marx deriva das análises da produção - e não apenas da circulação onde se realizam estes contratos - que dado que o salário é um preço (o preço da mercadoria força de trabalho), sua magnitude é "dada", na verdade há uma luta social pela sua definição que o faz variar no tempo e no espaço em torno dos valores das mercadorias que lhes garantem a subsistência. Contudo, se os salários são dados, o fruto do trabalho coletivo na produção para a qual esses trabalhadores foram contratados, não o é. Quanto mais tempo e mais intensamente o trabalho é usado no processo produtivo, maior é o valor gerado em mercadorias, ou seja, supera os gastos em salários e demais itens de produção. Como estes demais itens são produtos eles próprios de processos de trabalho anteriores, Marx deriva daí sua teoria da mais-valia (MARX, 2013).

A continuidade do processo de acumulação baseado no assalariamento implicará, como se verá a seguir, além de problemas de realização relacionados à produção ilimitada e apropriação limitada pelos salários, no problema da negação do trabalho nos processos produtivos, uma vez que haveria uma substituição crescente de trabalho vivo (força de trabalho) por trabalho morto (máquinas e equipamentos) e pelo uso da ciência e do conhecimento que levariam o trabalho à uma função subalterna na própria geração de valor novo ou riqueza nova. São essas razões que levam Marx a chamar o capitalismo de "uma contradição em processo" que tende a esfacelar-se, dado que ele

[...] traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social para tornar a criação da riqueza (relativamente) independentemente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado (em sua base limitada). De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. (MARX, 2011, p. 589).

2.3 O SISTEMA COLAPSA POR SI SÓ? UMA APRESENTAÇÃO GERAL DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITAL

Como ressaltou Marx, necessariamente, se a intenção é reduzir ao mínimo os custos de produção, “a verdadeira economia – poupança – consiste em poupança de tempo de trabalho”, idêntica ao desenvolvimento da força produtiva (MARX, 2011, p. 593). A tendência do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário que se efetiva na transformação do meio de trabalho em maquinaria, a forma mais adequada do capital fixo (MARX, 2011). Assim,

O meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a máquina ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria (sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema) (MARX, 2011, p. 580).

Aumentar a força produtiva é dar à produção um caráter cada vez mais científico e automatizado de maneira que, nas palavras de Marx, a acumulação do saber e da habilidade é absorvida no capital, é qualidade do capital fixo (MARX, 2011). Com o desenvolvimento da grande indústria, pois, a apropriação do tempo de trabalho alheio deixa de ser a base sobre a qual ela se sustenta. Objetiva-se reduzir o tempo de trabalho ao mínimo e, com isso, ele deixa de constituir ou criar riqueza e de ser a base da produção. Contraditoriamente, a produção continua a ser regulada pelo tempo de trabalho. Em Marx,

Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso –, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção (MARX, 2011, p. 583).

O capital trabalha, logo, para que o trabalho vivo seja trocado por trabalho acumulado, objetivado ou morto, isto é,

[...] o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (MARX, 2011, p. 587-588).

O próprio desenvolvimento do capital fixo é indicador da medida em que o saber social geral (conhecimento) se precipitou em força produtiva e, em consequência, “até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral (*general intellect*) e foram reorganizadas em conformidade com ele” (MARX, 2011, p. 589). Com intelecto geral, Marx queria dizer que as máquinas teriam valor proporcionado pelo conhecimento social.

Em questão também está a contradição entre a produção e realização. Ao passo que o capitalismo maximiza as condições de produção do mais-valor — o capital busca eficiência seja pagando o mínimo possível aos trabalhadores, intensificando o trabalho ou introduzindo novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra —, ele também ameaça a capacidade de realizar o mais-valor no mercado, isto é,

[...] no processo de trabalho ou em seu equivalente, o valor é agregado pelo trabalho. Mas esse valor agregado permanece latente, efetivando-se apenas quando é realizado mediante venda no mercado. A circulação contínua do capital depende da passagem bem-sucedida (o sucesso é medido como taxa de lucro) por dois momentos: primeiro, a produção no processo de trabalho; segundo, a realização no mercado. No entanto, a unidade que necessariamente prevalece entre esses dois momentos, dentro do processo de circulação do capital, é contraditória (HARVEY, 2016, p. 81).

A contradição é verificada por uma produção de riqueza que tende a ser crescente, mas cujo consumo e apropriação são limitados seja pela existência de desempregados, — de um ‘exército de reserva industrial’ nas palavras de Marx — ou pelos salários decrescentes restringindo o poder

de consumo dos trabalhadores. Tem-se que o próprio acúmulo de capital tende a criar barreiras para a continuidade do acúmulo de capital uma vez que a demanda agregada no mercado, que tem no consumo um fator determinante, tende a diminuir e com ela também a taxa de lucro. Assim,

A inovação, que é impulsionada pela necessidade de minimizar custos, maximizar resultados e utilizar recursos, traz de fato um aumento da riqueza material [...] Mas uma vez estendida a todo o setor, ela cria uma intrínseca e perene “tendência à queda da taxa de lucro” se não for contrabalançada por outros fatores (MASON, 2017, p. 241)

Em suma, uma vez constituídos e consolidados os princípios capitalistas — a propriedade privada dos meios de produção, o assalariamento, a acumulação de capital para a valorização do valor — o monopólio do capital se torna um entrave para o capitalismo. “A centralização dos meios de produção, a socialização do trabalho e a centralização de suas energias materiais atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista” (MARX, 2013, p. 832). Na prática, haveria de um lado uma superprodução de capital e de outro um subconsumo de mercadorias, como Marx aponta,

[...] as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre (MARX, 2014, p. 412).

Essa superprodução de capital que, em um parágrafo apaixonado, Marx escreveu que levaria às crises e desordem:

[...] há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio é tão somente a história da revolta das modernas forças produtivas contra as relações modernas de produção, contra as relações de propriedade, que são as condições da existência da burguesia e de sua dominação [...] Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio foram aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a

civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornam-se poderosas demais para essas relações, e são por elas entravadas. E, assim que superam esse obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornam-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram (MARX, 2002, p. 33-34).

Vimos até agora que as contradições colocam em cheque a continuidade (reprodução) do processo de acumulação do capital ao mesmo tempo em que o próprio sistema fornece as bases materiais para que ele “voe pelos ares”. Bem é sabido que o capital possui muitas contradições e, longe de frisar cada uma, desenhamos aqui aquelas que dialogam diretamente com a pesquisa que se pretende fazer. Demos atenção para a contradição do aumento da produtividade que nega trabalho ao mesmo tempo que o utiliza como determinante do valor. Vimos que também é contraditório aumentar as condições de produção de mais-valor quando sua realização está sempre em cheque por uma sociedade em que a maioria dos supostos consumidores é pobre e tem de permanecer pobre. Harvey (2016), que pretendeu incrementar o debate das práticas políticas da esquerda anticapitalista, esquadrinhou 17 contradições as quais em menor ou maior grau qualquer luta que se pretenda anticapitalista deve tomar como pano de fundo. É só a partir da compreensão de como as contradições subjazem é que as propostas alternativas podem elaborar adequadamente respostas a essas contradições. Essa próxima seção tem o intuito de justamente apontar as direções do capitalismo a partir dos estudos de alguns teóricos que debruçaram sobre como resolver as contradições do capital.

2.4 O CAPITAL EM CHEQUE: O FIM DO CAPITALISMO É POSSÍVEL?

Streeck, a partir da definição que faz do capitalismo, este como

[...] uma sociedade moderna que mantém a reprodução coletiva como um efeito secundário da maximização individual, racional, competitiva do lucro na busca de acumulação de capital através de um processo de trabalho que combina capital privado com a mercadoria força de trabalho, satisfazendo a promessa mandevilliana de vícios privados transformados em benefícios públicos (STREECK, 2016, p. 59, tradução nossa).

defende a tese de que é justamente essa promessa que o capitalismo é incapaz de manter hoje, “[...] finalizando sua existência como uma ordem social autosuficiente, sustentável, previsível e legítima” (STREECK, 2016, p. 59). Para ele, o declínio do capitalismo está

acontecendo devido suas contradições internas sem que nem mesmo seja necessária qualquer alternativa revolucionária. O que viria após a crise capitalista final em curso seria um *interregnum*, um período longo de desintegração sistêmica, de entropia social, desordem e indeterminação, marcado pela desinstitucionalização ou sub-institucionalização da sociedade ¹² .

Para Harvey (2016), dentre as contradições importantes para as perspectivas do capital está a relação entre mudança tecnológica, o futuro do trabalho e o papel da mão de obra para com o capital. A produção que tende a crescer com a incorporação de dispositivos que economizam trabalho não encontra correspondência no aumento da demanda agregada, como salientado anteriormente. No entanto, do ponto de vista do futuro do capital, a humanidade hoje encontra-se na última fronteira na expansão da força de trabalho global que tem protelado a queda das taxas de lucros, não sendo possível uma nova expansão para absorção de mão de obra¹³. Adverte que

[...] a contradição entre a produção de valor, de um lado, e a inovação tecnológica desmedida que economiza trabalho, de outro, está entrando num território cada vez mais perigoso. Esse perigo ameaça não só uma crescente população descartável, que não vê oportunidades de emprego imediatas, mas também a reprodução do próprio capital (HARVEY, 2016, p. 107).

Randall Collins (2013), sociólogo marxista, aponta que essa fraqueza estrutural de longo termo do capitalismo, posto pelo desalojamento tecnológico do trabalho pela maquinaria nos últimos anos na forma de computarização e tecnologia de informação, só agora vem à proa para explicar a crise terminal do capitalismo. Para ele, Marx e Engels focaram no desalojamento da classe trabalhadora que de fato foi reduzida pela mecanização. No entanto, o capitalismo foi salvo pela classe média¹⁴ que agora está sendo destruída pela tecnologia informacional.

¹² Indeterminação, para ele, resultaria de e seria reforçado pela pulverização da agência coletiva no curso da revolução neoliberal (STREECK, 2016).

¹³ Rifkin aposta que ao longo dos próximos 40 anos, ainda haverá expansão da força de trabalho. Nesse sentido, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que até 2060, o crescimento global diminuirá e se tornará mais dependente de conhecimento e tecnologias (BRACONIER; NICOLETTI, 2014).

¹⁴ Nas palavras de Streeck (2016) uma classe média operadora do modo de vida neocapitalista e neoliberal, indispensável para a base cultural da sociedade capitalista contemporânea. No último capítulo, iremos salientar como tal visão é compartilhada pela filósofa brasileira Marilena Chauí e é variável determinante para compreensão do surgimento da mídia alternativa.

Até a década de 1980 ou 1990, a mecanização deslocou principalmente o trabalho manual. Na mais recente onda de tecnologia, agora temos o deslocamento do trabalho administrativo, a redução da classe média. A tecnologia da informação é a tecnologia das comunicações e lançou a segunda grande era de diminuição do trabalho, o deslocamento do trabalho comunicativo, que é o que os funcionários da classe média fazem. A mecanização é agora associada à robotização e à eletrônica - um termo desagradável e desajeitado para acrescentar ao nosso vocabulário de termos desagradáveis que ditam nosso futuro a longo prazo (COLLINS, 2013, p. 70, tradução nossa).

O desalojamento do trabalho pela tecnologia só agora está por liquidar o capitalismo pois até o momento alguns escapes o tem salvo de sua autodestruição. No entanto, identificado por ele – num breve retorno a Marx – os artifícios que tem evitado a ruína capitalista – o alargamento de novos empregos e setores a compensar a eliminação de empregos causada pelo progresso tecnológico; a expansão de mercados; o aumento das finanças como especulação e como indústria, contratação pelo governo substituindo contratação no setor privado e o uso da educação para manter a mão de obra fora do emprego – estão todos sendo bloqueados, causando um aceleração da remoção do trabalho e concomitante acentuando as desigualdades econômicas e sociais (COLLINS, 2013).

Para Rifkin (2014a), a contradição final no âmago do capitalismo, que também é a força motriz do sistema, está na maior produtividade, sendo que as novas tecnologias informacionais possibilitariam reduzir os custos de produção e os preços de seus produtos no mercado. Para ele, o sistema capitalista funcionando em direção a produtividade extrema, em que a intensa concorrência obriga a introdução de tecnologia cada vez mais eficiente e esta, por sua vez, aumenta a produtividade ao ponto ideal de que cada unidade se aproxime do custo marginal quase zero, os bens são praticamente gratuitos.

O processo é inesgotável à medida que os concorrentes correm para introduzir tecnologias novas e mais produtivas que reduzirão seus custos de produção e o preço de seus produtos e serviços para atrair compradores. A corrida continua a ganhar ímpeto até se aproximar da linha de chegada, onde a eficiência ideal é atingida e a produtividade aumenta. Essa linha de chegada é quando o custo marginal de produzir cada unidade adicional é quase zero (RIFKIN, 2014a, p. 113).

Como ressaltado por Mason (2017), a informação não é uma tecnologia qualquer, pois é ela que investe toda inovação futura com a dinâmica do preço zero. Os custos marginais são os custos de produção e distribuição de uma unidade adicional de um bem ou serviços depois de levados em conta os custos fixos. Com o aumento da produtividade advindo das novas tecnologias, a redução dos custos marginais é perto de zero¹⁵. Segue-se que, com isso, o sistema capitalista falece visto que bens e serviços tornam-se gratuitos, os lucros reduzem-se e as trocas nos mercados se encerram.

Retomando Marx, Mason (2017) traçou um paralelo entre a nova dinâmica inserida pelas tecnologias de informação (infotecnologia) — máquinas com custo zero, não quebram e duram para sempre — e a teoria do valor-trabalho. O prodígio da informação é eliminar a necessidade de trabalho. Para esse autor,

[...] máquinas em que partes do valor são proporcionadas por conhecimento social e ciência pública não são conceitos alheios a teoria do valor-trabalho. São centrais a ela. Mas Marx julgava que se elas existissem em grandes números explodiriam o sistema baseado em valores do trabalho — “lança-lo-iam aos ares”, como ele diz no Fragmento sobre as máquinas (MASON, 2017, p. 252).

A direção tecnológica em descompasso com a direção social é também para Mason (2017) uma das principais contradições do capitalismo moderno. Enquanto de um lado tem-se a possibilidade de bens de preço zero e abundantes produzidos socialmente, “[...] trabalho imensurável, uma elevação exponencial da produtividade e a automação extensiva de processo físicos [...]”, do outro, o mecanismo de defesa contra essa produção se estabelece por meio de “[...] infomonopólios, do enfraquecimento das relações salariais e da insistência irracional em modelos de negócios com alta emissão de carbono” (MASON, 2017, p. 220). Socialmente, estamos aprisionados em um sistema de monopólios, bancos e governos que se esforçam para manter sob controle o poder e a informação (MASON, 2017).

¹⁵ O custo marginal zero pode ser visto com o advento da internet nas indústrias da informação: jornais, revistas, livros. Energia e bens físicos estão sendo a próxima fronteira depois da informação e do conhecimento, e chama-se Internet das coisas. A internet das coisas (*Internet of Things*, ou IOT) significa que há uma convergência entre a Internet tradicional de comunicação, a Internet de energia e uma internet de transporte e logística em uma única plataforma operacional (RIKFİN, 2014b). É conexão de tudo com todos. (IBM).

No entanto, é esse mesmo pacote atual de tecnologias que de um lado serve à busca do capital para a dominação de classes que, do outro, contém potencialidades emancipatórias que podem ser mobilizadas na luta anticapitalista (HARVEY, 2016). As duas possibilidades estão dispostas: de um lado a possibilidade de emergência e estabilização de uma nova forma de capitalismo baseado na informação ou o pós-capitalismo baseado em bens com custos marginais zero desgasta o funcionamento e a legitimidade do sistema de mercado (MASON, 2017).

3 AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A NOVA ECONOMIA DA COLABORAÇÃO

Como visto até aqui, as contradições abrem margem para que se debata o sentido da direção do progresso técnico e se questione a sustentabilidade de reprodução do próprio capitalismo. Se esse sistema está a gerar um descendente, para usar a frase de Rifkin, este capítulo encaminha-se nesse sentido. Ele tem por objetivo identificar as direções, convergências e aberturas pós-capitalistas. Assim, analisaremos o que alguns autores dizem sobre a sociedade da informação, sobre a colaboração e os sentidos práticos na produção material, deslindando as principais transformações.

3.1 O (PÓS)CAPITALISMO DA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O período capitalista após 1980, segundo os autores que servem de guia a esta pesquisa, está em transição para uma nova economia, impactando significativamente todos os aspectos socioeconômicos da vida. Uma chave de leitura para a compreensão dessa transição está na narrativa proposta pelo economista Jeremy Rifkin¹⁶ (2012) de uma nova revolução industrial resultante da convergência entre um novo sistema de comunicação e de energia.

Desde o final do século XX, a era industrial impulsionada por combustíveis fósseis está em uma encruzilhada, uma vez que todos os relatórios já mostraram ser o modelo energético tradicional ambientalmente insustentável devido às externalidades trazidas pelas emissões de CO₂. Embora os combustíveis fósseis convencionais ainda sejam a principal e maior fonte de energia consumida mundialmente, seus preços aumentam à medida que se tornam mais escassos e, paralelamente, os preços das novas energias verdes decrescem à medida que a tecnologia avança (RIFKIN, 2012).

Nesse sentido, o Acordo de Paris, aprovado por 195 países, sinalizou o compromisso em manter o aumento da temperatura média global menor que 2°C comparado aos níveis pré-

¹⁶ Jeremy Rifkin é economista e conselheiro político da União Europeia e elaborou um projeto de transição para a infraestrutura da Terceira Revolução Industrial baseado em cinco pilares (que serão vistos ainda nesta seção) formalmente adotado pela união em 2007.

industriais. Para isso, conforme relatório da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), é necessário que o atual sistema energético global, baseado principalmente em combustíveis fósseis, passe por uma transformação a fim de cumprir com as metas de redução dos gases de efeito estufa (GEE). Assim sendo, as energias renováveis combinadas com a eficiência energética representam o caminho para fornecer mais de 90% das reduções de emissão de CO₂ necessárias relacionadas à energia e constituem os dois pilares dessa transição energética. O panorama energético mundial, publicado anualmente pela *Renewable Energy Policy Network for the 21st century* (REN21), estimou que, do total de consumo energético do ano de 2017, a parcela equivalente às energias renováveis foi de 20,4%¹⁷, sendo de apenas 17% em 2005. Desde 2000, a capacidade energética renovável cresceu 120%, em um ritmo médio de 8-9% ao ano (IRENA, 2018). Enquanto em 2004 o investimento global em energia renovável foi de 39,5 bilhões de dólares, no final de 2013 esse investimento alcançou 214,4 milhões de dólares. Esses números revelam que as agendas governamentais de aumento de investimentos em energias limpas são postas em prática, contribuindo para o aumento de fontes de energia renováveis no mapa energético global, porquanto a diminuição de consumo do petróleo não é verificável (HERBERG, 2018)¹⁸.

Sendo uma revolução econômica a combinação de uma tecnologia de comunicação com novos sistemas de energia, similarmente ao que se sucedeu com a indústria petroleira na primeira década do século XX, que combinou a comunicação elétrica à combustão do petróleo¹⁹, a conjunção da tecnologia de comunicação da Internet com energias renováveis possibilita a Terceira

¹⁷ Sendo que desses, excluídos a energia nuclear e a biomassa tradicional — lenha e carvão —, 10,4% é referente às fontes renováveis modernas: solar, eólica, hidrelétrica, geotermal e biocombustíveis (IRENA, 2018)

¹⁸ O pesquisador Mikkael Herberg (2018) numerou o consumo mundial de petróleo, que está na faixa dos 99,3 milhões de barris por dia sendo que a produção é próxima de 98 milhões de barris por dia.

¹⁹ No século XIX, a impressão a vapor, o telégrafo, o carvão e as locomotivas nos sistemas ferroviários nacionais constituíram a Primeira Revolução Industrial. No século XX, a energia centralizada o telefone, o rádio e a televisão, o petróleo e os veículos de combustão interna nos sistemas rodoviários nacionais confluíram para criar a infraestrutura da Segunda Revolução Industrial (RIFKIN, 2015).

Revolução Industrial (RIFKIN, 2012)²⁰. Para que haja tal transição, além da mudança para energia renovável cujo fomento, como visto, já acontece, ela precisa ser edificada sob outros quatro pilares que, desenvolvidos simultaneamente, fundamentam a infraestrutura da nova economia pós-carbono. São eles:

[...] a transformação do patrimônio imobiliário de cada continente em microgeradores de energia para coletar energias renováveis no local; o emprego de hidrogênio e outras tecnologias de armazenamento em todas as edificações e toda infraestrutura para armazenar energias intermitentes; o uso da tecnologia da internet para transformar a rede elétrica de todo continente em uma rede de compartilhamento de energia; e a transição da frota de transporte para veículos movidos a células de combustíveis ou elétricos que podem comprar e vender eletricidade em uma rede de eletricidade interativa, continental, inteligente [...] (RIFKIN, 2012, p. 58).

Haja vista que não só a produção, mas a distribuição de energia ficarão a cargo de cada um em sua moradia para partilharem entre bairros, regiões e até continentes, a natureza da nova economia da TRI é distribuída e requer uma abordagem colaborativa (RIFKIN, 2012). Isso significa que para além da democratização da energia, essa passagem para uma nova economia impactará as formas usuais de conduta em outros aspectos da vida humana. A principal mudança é que na passagem às formas renováveis de energia que são, em sua maioria, livres, o modelo de negócios da administração tradicional dos recursos não se mostra mais adequado. Rifkin (2012) salienta que o uso do carvão e energia a vapor exigiam relações econômicas mais complexas que se adequaram a um esquema burocrático grande e centralizado. Na era do petróleo, por se tratar de um empreendimento de grandes proporções, somente alguns atores tiveram a capacidade de acumular e movimentar um alto volume de capital. Assim, desde a extração dos combustíveis fósseis à distribuição, o modelo de negócios do petróleo exigiu um comando vertical e uma

²⁰ Também se fala em uma Quarta Revolução Industrial (ou revolução 4.0), tema central do Fórum Econômico Mundial de 2016 e descrita pelo economista Klaus Schwab como uma fusão das tecnologias, fazendo diluir os limites entre o físico, o digital e o biológico. Rifkin nota que a digitalização trazida pelas tecnologias está presente no argumento de Schwab como sendo fruto da Terceira Revolução Industrial e a Quarta seria, então, o desdobramento qualitativo daquela. Para Rifkin (2016), mudanças a partir da tecnologia digital já estão acontecendo há pelo menos 25 anos.

estrutura de controle organizada através de um gerenciamento racional centralizado²¹ estabelecido durante a Primeira Revolução Industrial. Contudo, no caso da TRI, ambas a Internet e as energias renováveis são distribuídas, e outras formas organizacionais se adequam melhor à elas. Para Rifkin,

[...] a natureza distribuída das energias renováveis precisa ser colaborativa, em vez de contar com mecanismos hierárquicos de controle e comando. Esta nova forma de energia lateral estabelece o modelo organizacional para as incontáveis atividades econômicas que se multiplicam a partir dele (RIFKIN, 2012, p. 137).

De fato, mais de um terço da espécie humana produz sua própria informação utilizando telemóveis relativamente baratos e computadores e a partilham através de vídeo, áudio e texto a um custo marginal próximo de zero num mundo interligado de bens comuns colaborativos (RIFKIN, 2016). O arranjo usual de todas as esferas da vida das sociedades industriais baseadas em combustíveis fósseis cede lugar à relações colaborativas e distributivas na qual se baseará a economia da TRI. Essas relações colaborativas se inserem no que Rifkin (2014a) chama de *economia da partilha na comunidade dos bens comuns colaborativos* e que configura um novo sistema econômico em surgimento, dotado de um novo modo de organizar a produção que, no entanto, convive com a economia capitalista de mercado. Conforme o autor nota,

O sistema capitalista racional e astuto persistirá nas margens da nova economia, encontrando suficientes vulnerabilidades para explorar, sobretudo enquanto agregador de serviços e soluções em rede, facto que facilitará o seu florescimento como poderoso parceiro num nicho de mercado na nova era económica, mas já não ocupando uma posição de domínio. Estamos a entrar no cada vez mais global e interdependente mundo dos bens comuns colaborativos (RIFKIN, 2014a, p. 12).

A reorganização da vida no século XXI tem como eixo, portanto, a economia colaborativa. Para os teóricos das tecnologias digitais Rachel Botsman e Roo Rogers (2010), há uma mudança de valores em voga, representado por um aumento da consciência do consumidor de que

²¹ O padrão de produção fordista contou com a introdução da esteira rolante e conseqüentemente uma nova organização racional do trabalho e da produção, aumentando a produtividade. Ao lado da produção em massa, o fordismo também criou o consumo em massa, fazendo com que os ganhos adviessem das economias de escala.

crescimento finito e o consumo baseado em recursos infinitos não é uma combinação viável. A partir do reconhecimento coletivo de que a busca por bens materiais resulta em um empobrecimento de relacionamentos com amigos, a família, vizinhos e com o planeta, há um desejo em recriar comunidades novamente e, mais ainda, uma verificação de que o próprio interesse e o bem coletivo depende uns dos outros. “Com a tendência colaborativa, as pessoas podem participar sem perder autonomia ou a identidade individual” (BOTSMAN E ROGERS, 2010, p. 59). Em diversas áreas a importância de possuir algo — ou bens físicos — está decrescendo e, conseqüentemente, o produto tem se tornado somente meio para um fim. No mundo digital, é verificável a emergência de novos canais em que o valor de acesso é priorizado em comparação com aquele de posse, permitindo a afloração de sistemas de uso compartilhado (BOTSMAN E ROGERS, 2010).

Em comunidades *online*, há uma cultura da colaboração entre indivíduos que compartilham entre si. No entanto, para que uma nova revolução industrial de fato aconteça, é preciso que a *web* seja transportada ao mundo real, isto é, que o processo de fabricação dos bens físicos se assemelhe ao processo de fazer bens digitais. Essa cultura que Chris Anderson chama de *maker*, torna possível o cenário de revolução industrial na medida em que os indivíduos disponibilizam e compartilham entre si designs de bens físicos virtualmente. Para ele,

O início da Era da Informação, que começou em torno de 1950 e foi até o computador pessoal no final dos anos 1970 e começo dos 1980 depois seguiu até a Internet e a Web nos anos 1990, foi certamente uma revolução. No entanto, não foi uma revolução industrial até ter um efeito democrático e amplificador na manufatura, algo que está acontecendo apenas agora. Assim, a Terceira Revolução Industrial é vista como uma combinação da manufatura digital e da manufatura pessoal: é a industrialização do movimento *maker* (ANDERSON, Chris, 2012, p. 93, tradução nossa).

Enquanto os últimos dez anos foram de descobertas de novas maneiras de criar e trabalhar colaborativamente na *web*, os próximos dez serão de aplicar essas lições no mundo real.

A nova tecnologia

[...] dá aos indivíduos poder sobre os meios de produção, permitindo o empreendedorismo de baixo para cima e inovação distribuída. Assim como a democratização da *web* dos meios de produção — desde software até música — tornou possível criar um império em um dormitório ou um álbum de sucesso em um quarto, também as novas ferramentas democratizadas da manufatura digital serão os teares mecânicos de amanhã [...] (ANDERSON, Chris, 2012, p. 116, tradução nossa)

Como também ressaltou Rifkin (2012), a descentralização no mundo virtual se alonga aos bens materiais, democratizando as ferramentas de produção e, por conseguinte, possibilitando ao indivíduo fabricar bens até então a cargo das indústrias. Fabricar tem se tornado digital, mais um ‘serviço da nuvem’ que as pessoas podem acessar usando pouca infraestrutura industrial (ANDERSON, Chris, 2012). Os objetos físicos têm seus designs disponíveis digitalmente, podendo ser compartilhados *online* como documentos, enviados para um serviço que irá produzi-lo ou de modo descentralizado, sendo fabricados por máquinas e ferramentas de *desktop*, como as impressoras 3-D. Posto que os arquivos de design são comuns, mesmo que o indivíduo não tenha suas próprias ferramentas para a produção, ele ainda assim pode encomendar o produto a um fabricante, e o resultado será sob medida. Assim como a *web* fez com o software, a informação e o conteúdo, o caminho entre a ideia e o empreendedorismo é encurtado (ANDERSON, Chris, 2012). Rifkin (2012), ao salientar a produção distribuída de energia e a fabricação digital de bens duráveis, também evidencia que a nova era representa uma democratização do empreendedorismo. Para ele, a fabricação aditiva, em lugar da fabricação tradicional subtrativa, consome 10% menos matéria-prima e menos energia, reduzindo os custos de produção, diminuindo o impacto energético a nível global e tornando mínimos os custos de entrada de pequenas e médias empresas (RIFKIN, 2012)²².

²² Neil Gershenfeld é coordenador do Center for Bits and Atoms (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) que revolucionou a fabricação digital através da união entre a física e a informática, de maneira similar às ideias de Rifkin e Anderson expostas acima. Disso surgiu os *Fab Labs*, que são espaços colaborativos equipados com máquinas que permitem a fabricação pessoal acessível de qualquer produto. Gershenfeld afirma “Houve uma revolução digital nas telecomunicações que nos deu a Internet, houve uma revolução digital na informática que nos deu os computadores. E agora, está a acontecer basicamente a mesma coisa uma revolução digital no fabrico de coisas, que vai levar a que qualquer pessoa seja capaz de fabricar qualquer coisa (GERSHENFELD, 2007, s.p)”.

Os impactos da tecnologia, para Paul Mason (2017), criaram uma rota de saída do capitalismo e as formas básicas de uma economia pós-capitalista podem ser encontradas no interior do sistema vigente, justamente quando comportamentos e organizações aptas a explorar a mudança tecnológica aparecem espontaneamente.

Primeiro, a informática reduziu a necessidade de trabalho, obscureceu as fronteiras entre trabalho e tempo livre, afrouxando a relação entre trabalho e salários. Segundo, os bens de informação estão corroendo a capacidade do mercado de formar preços corretamente (...) Terceiro, estamos assistindo a ascensão espontânea de produção cooperativa: estão aparecendo bens, serviços e organizações que não mais respondem aos ditames do mercado e da hierarquia gerencial (MASON, 2017, p. 17)

Para ele, a exemplo do que ocorreu com o feudalismo, o capitalismo se desvanecerá acelerado por choques externos e moldado pela emergência de um novo modo de vida e um novo tipo de ser humano. Os projetos alternativos no âmbito micro precisariam ser promovidos e ocorrer paralelamente às mudanças das ideias acerca das tecnologias, da propriedade e do trabalho. É nesse sentido que as redes dão “granulosidade” ao pós-capitalismo e definem a rota para fora do sistema de mercado ao usar a tecnologia em rede para produzir colaborativamente bens e serviços livres e compartilhados (MASON, 2017). A contradição corrente, no entanto, é entre “[...] rede e hierarquia, entre velhas formas de sociedade moldadas em torno do capitalismo e novas formas de sociedade que prefiguram o que vem a seguir” (MASON, 2017, p. 23). Para Rifkin (2014a), este seria o caso de uma economia híbrida, em que o sistema de mercado ainda convive com um novo, mas que logo será por ele desbancado.

Harvey (2016) aponta que é muito provável que o capital continue funcionando ou que consiga sobreviver às contradições, mas à vários custos – degradação progressiva da terra, empobrecimento em massa, aumento da desigualdade social, dentre outros. A partir do quadro referencial das contradições e da riqueza de possibilidades por ela criados – usando os recursos e as ideias disponíveis –, encontram-se projetos políticos alternativos que tendem a desenhar a economia com uma nova configuração, mais igualitária e democrática.

Nas propostas acima, os autores se servem de possibilidades que existem na realidade de concepção e organização da vida econômica para pensar o sentido e o caminho das transformações socioeconômicas atuais que foram possibilitadas pelas novas tecnologias. No entanto, em larga

medida, elas disseram respeito à orientação mais geral das reorganizações materiais observadas pelos autores citados. Na prática, a próxima seção pretende constatar se transformações nas relações sociais de produção estão ocorrendo.

3.2 É POSSÍVEL IDENTIFICAR TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA ATUALIDADE?

Que a revolução permanente das bases técnicas ou das forças produtivas viria de par com a renovação das relações sociais é uma das bases do marxismo. Como visto no capítulo anterior, a superação do capitalismo viria do desenvolvimento destas forças produtivas que entra em contradição com relações sociais de produção (baseadas no assalariamento) que se mostram bases estreitas para a apropriação criando problemas para a reprodução do sistema. Se o marxismo clássico, contudo, estabelece uma relação de causação direta das primeiras, forças produtivas, para as segundas, relações sociais, alguns revisionistas chamam a atenção para uma relação de causação de duas mãos entre estas. Assim é que Perry Anderson, pensando a relação forças produtivas/relações sociais na transição antiguidade/feudalismo, irá nos dizer que:

Uma das conclusões mais importantes que permite o exame da grande queda do feudalismo europeu é que – ao contrário do que creem os marxistas – a figura característica de uma crise num modo de produção não é aquela em que vigorosas forças (econômicas) de produção explodem triunfais através de relações (sociais retrógradas e prontamente restabelecem uma produtividade mais alta e uma sociedade sobre suas ruínas. Pelo contrário: as forças de produção tendem habitualmente a paralisar e recuar no quadro das relações de produção existentes; estas, assim, devem ser radicalmente mudadas e reordenadas para um modo de produção globalmente novo. Em outras palavras, as relações de produção, em geral, mudam anteriormente as forças de produção numa época de transição e não vice-versa (ANDERSON, Perry, 1991, p. 197).

Talvez o que ocorra seja que as transformações nas forças produtivas sejam mais visíveis perto de transformações sociais, ou ainda que estas podem estar ocorrendo nas bases da sociedade, mas levem um tempo para que cheguem a institucionalizar-se. Uma vez que o objetivo dessa

pesquisa é bem mais modesto que tomar uma posição neste debate, o que se propõe neste capítulo é apenas procurar identificar as mudanças nas relações sociais que podem ou não estar ocorrendo junto com as mudanças nas forças produtivas. A pista a ser seguida é a das novas tecnologias da informação e as relações sociais em rede que estas incitam.

Um dos autores que mais se destacam como pensadores das novas tecnologias da informação é Manuel Castells a ponto de chamar de "informacionalismo" a organização do sistema produtivo que é voltada para maximizar a produtividade com base no conhecimento através, principalmente, do desenvolvimento e difusão de tecnologias da informação (CASTELLS, 1999). De igual maneira, o conhecimento, para Fumagalli, tornou-se central na produção de mais-valia em virtude de dois processos, em que o primeiro

[...] tem a ver com a passagem das tecnologias tayloristas – rígidas, mecânicas, repetitivas, estáticas – às tecnologias linguístico-digitais – flexíveis, comunicativas, com uma elevada taxa de cumulatividade, dinâmicas; [...] Em segundo lugar, como resultado das mudanças tecnológicas, a organização do trabalho se modifica. A partir de uma estrutura vertical, tende a se transformar em estrutura horizontal, rizomática, sem que, no entanto, desapareça o papel do comando do capital sobre o trabalho (FUMAGALLI, 2017, p. 11).

O que ambos autores destacam é a emergência de um novo sistema tecnológico na década de 1970, fruto do desenvolvimento de novas tecnologias baseadas nos progressos das duas décadas anteriores e da sinergia entre as principais tecnologias existentes (CASTELLS, 1999). Embora a revolução em tecnologia da informação não tenha se originado de qualquer necessidade preestabelecida²³, seu desenvolvimento até certo ponto serviu de base para a reestruturação organizacional e econômica capitalista a partir de 1970²⁴ e suas aplicações e conteúdo foram

²³ Com isso, salienta-se duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa por parte da sociedade de se reestruturar com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder (CASTELLS, 1999).

²⁴ Em virtude do início da crise de superprodução no final dos anos 60, que chegou ao auge em 1973, o sistema fordista-keynesiano entrou em colapso e mudanças nas práticas político-econômicas acentuaram-se a ponto dos teóricos formularem hipóteses sobre um novo regime de acumulação.

delineados por esse contexto histórico²⁵. Da organização da produção caracterizada pela centralização²⁶, as mudanças no modo de estruturar a produção e o trabalho foram marcadas pela flexibilidade — flexibilidade na produção, nos mercados de trabalho e no consumo —, permitindo que redes descentralizadas e não hierarquizadas substituíssem a rigidez, a burocracia e a verticalidade da empresa organizada para a produção em massa (HARVEY, 2008). Passa-se das tecnologias estáticas que aumentam a produtividade e a intensidade do desempenho do trabalho mediante a exploração de economias de escala à tecnologias dinâmicas, como as de aprendizagem e de rede, favorecendo uma nova organização mais flexível do trabalho, em que a “[...] fase de concepção e a fase de execução não são mais perfeitamente separáveis, mas cada vez mais interdependentes e complementares” (FUMAGALLI, 2017, p. 13).

Castells (1999) aponta cinco características que representam a base material do novo paradigma sociotécnico, sendo elas: tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, em que os processos da existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico; lógica das redes em qualquer sistema ou conjunto de relações; flexibilidade, em que processos e organizações e instituições podem ser alterados e reorganizados; e convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Com efeito, a nova organização social e econômica baseada nas tecnologias de informação visa a descentralização da administração e das tarefas e sua coordenação em uma rede e a individualização do trabalho. No entanto, importa destacar, como Castells (1999) o faz, que a configuração em rede e sua flexibilidade podem possuir diferentes potencialidades e significados

²⁵ O taylorismo-fordismo deixa de ser predominante na organização produtiva da grande indústria e, dialeticamente, outros processos e formas de acumulação passaram a coexistir com o antigo.

²⁶ Típico de todas as dimensões da vida na Primeira e Segunda Revoluções Industriais — abrangendo desde modelos de negócios dessas sociedades a movimentos sindicais centralizados e partidos políticos baseados no centralismo democrático (HARVEY, 2017) — Marx (2005) já falava em centralismo quando falava em burguesia: é ela quem concentra os meios de produção, a propriedade, aglomera populações, sendo a centralização política uma “consequência necessária” disso.

– ou uma força libertadora ou repressiva, em suas palavras. Segundo esse autor, as tendências para a flexibilidade são motivadas pela concorrência e estimuladas pela tecnologia.

Igualmente cuidadoso no significado que essa tendência pode assumir, Harvey (2008) aponta que o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que viabilizam o retorno a estratégias antigas de extração de mais-valia que tem na desvalorização da força de trabalho a resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros (HARVEY, 2008)²⁷. A flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo advém, portanto, da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo, sendo que elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção são presentes. Para ele, sistemas alternativos de trabalho coexistem lado a lado e as formas de acumulação flexível combinam de modo particular duas estratégias de busca de mais-valia definidas por Marx. São elas:

[...] a mais-valia absoluta, apoiada na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora em certo padrão de vida; (...) e a mais-valia relativa, que se refere a mudança organizacional e tecnológica posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida no trabalho [...] (HARVEY, 2008, p. 174).

De fato, como abordado por Ricardo Antunes (2006) no que tange às transformações no mundo do trabalho a partir da difusão de tecnologia da informação em fábricas, escritórios e serviços, à medida que ocorre a desproletarização do trabalho industrial²⁸, o subproletariado se expande, bem como o trabalho assalariado, o trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário e “terceirizado”, e o desemprego estrutural cresce. Essas transformações o levam a tese de um

²⁷Um indicador disso é o retorno da superexploração em países capitalistas avançados e o crescimento das práticas de trabalho relacionadas ao setor informal, ajudando a compor um quadro de ecletismo nas práticas de trabalho (HARVEY, 2008).

²⁸Especialmente em países de capitalismo avançado em virtude ou do quadro recessivo ou da automação e em menor expressão em áreas industrializadas dos países capitalistas periféricos.

processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (p.50)²⁹. O autor ainda revisita o teórico André Gorz, que caracteriza algumas sociedades como duais em razão de uma parcela da população fazer parte de um “proletariado pós-industrial”, isto é, desenvolvendo trabalhos precários, temporários e parciais³⁰. Além dessa redução do operariado industrial tradicional (consequência quantitativa no trabalho), altera-se qualitativamente a forma de ser do trabalho, impulsionando à uma maior qualificação do trabalho e contraditoriamente a uma maior desqualificação também. No primeiro caso, como visto no capítulo inicial, há substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto nas unidades produtivas, mudando o interior do processo de trabalho que se configura pelo peso cada vez maior da intelectualização do trabalho social de uma parcela da classe trabalhadora (dimensão mais qualificada do trabalho). A outra tendência é de desqualificação de inúmeros setores operários, levando à desespecialização do operário industrial do fordismo e à “[...] massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da “economia informal” (p. 60).

Confluindo para tese similar, Castells (1999) sustentou que a tecnologia da informação em si não causa desemprego ainda que reduza o tempo de trabalho por unidade de produção. Sob o paradigma informacional, os tipos de emprego mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado. Nas palavras de Antunes (2006), a “era da empresa enxuta” provoca uma redução do proletariado taylorizado, a ampliação do trabalho intelectual abstrato nas plantas produtivas de ponta e a ampliação mais generalizada dos novos proletários precarizados e terceirizados. Os excluídos do trabalho vivo, aqueles que foram (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho “[...] procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (atividade de formação, de benevolência e de serviços) [...]” (ANTUNES, 2006, p. 160).

²⁹ Há expansão do trabalho assalariado, expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário e “terceirizado”, especialmente no setor de serviços e a expansão do desemprego estrutural.

³⁰ Traço marcante também é dado pelo autor da presença feminina no mundo do trabalho, incrementando a força de trabalho em determinados setores conforme o país verificado. Além disso, Antunes (2006) também observa um processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços.

Importante destacar a interação entre trabalho e ciência produtiva que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho “[...] mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada” (ANTUNES, 2015, p. 62). A partir da conversão de trabalho vivo em trabalho morto, há um processo de objetivação das atividades intelectuais dos trabalhadores junto à maquinaria informatizada. Outra tendência em curso é a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual nas atividades industriais mais informatizadas, no setor de serviços e nas comunicações, levando à uma maior imbricação entre trabalho material e imaterial. O trabalho imaterial, segundo Antunes (2006)

[...] expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria: ele é a expressão do conteúdo informacional da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas, e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual (ANTUNES, 2006, p. 162).

A tese de Antunes (2006) é que, em lugar da substituição do trabalho pela ciência ou da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar na contemporaneidade é uma nova forma de ser do trabalho, caracterizada por uma maior interrelação entre as atividades produtivas, fabris e laborativas e as improdutivas, de serviços e de concepção, respectivamente.

Para Fumagalli (2010), além da mudança quantitativa e qualitativa do trabalho, a produção de riqueza não se funda mais na produção material, se baseando cada vez mais em elementos de imaterialidade, isto é, mercadorias intangíveis, que promovem diretamente o uso das faculdades relacionais, afetivas e cerebrais dos seres humanos. A organização do trabalho para a produção de riqueza não se funda mais sobre um esquema homogêneo e padronizado e a atividade de produção passa por diversas modalidades organizativas caracterizadas por uma estrutura em rede em virtude do desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

É nesse sentido que Rifkin (2012) destaca que o trabalho assalariado em massa nos quatro setores da empregabilidade - agrícola, industrial, serviços e entretenimento - está sendo substituído por forças de trabalho independentes (possuidores de conhecimento de alta tecnologia) e por

sistemas de tecnologias inteligentes. Na transição para a sociedade de alta tecnologia, três das quatro áreas em que as pessoas podem se engajar - o mercado, o governo, a economia informal e a sociedade civil - estão diminuindo sua absorção de mão-de-obra. A sociedade civil, a arena de sociabilidade, em que os humanos criam capital social e cultural partilhada, se tornará uma fonte de emprego importante em uma economia global cada vez mais automatizada e inteligente. Já existe um crescimento no terceiro setor relacionado ao interesse de pessoas que deixam seus empregos tradicionais atraídos por sua natureza distribuída e colaborativa.

Ao contrário do mercado, onde as relações entre as pessoas são predominantemente fundamentais e um meio para um fim - atendendo aos interesses materiais de cada pessoa - no terceiro setor as relações são um fim em si mesmas e, portanto, imbuídas de valor intrínseco em vez de ter um valor meramente utilitário (RIFKIN, 2012, p. 286).

Essa abertura e possibilidade de compartilhamento se dá pela ascensão da tecnologia de informação que faz emergir o que citamos brevemente no primeiro capítulo, o infocapitalismo (MASON, 2017). “Ela [a informação] funciona como um esquema ou receita para fazer algo, seja no mundo físico ou digital [...]” (MASON, 2017, p. 184). Logo, uma economia baseada em bens de informação funciona diferente porque os bens de informação são reproduzíveis e compartilháveis (não-rivais) e não se baseiam na escassez. A infotecnologia corrói formas de propriedade e a capacidade do mercado de formar preços pelo simples fato de que a informação é abundante. Somado à tecnologia em rede, novas formas de propriedade e de produzir bens e serviços livres e compartilhados começam espontaneamente a ascender.

Em teoria parecida com aquela de Chris Anderson (2012), para Yochai Benkler (2006), os altos custos de capital que eram pré-requisitos para se reunir, trabalhar e comunicar informação, conhecimento e cultura tem sido distribuídos socialmente, fazendo com que a barreira de entrada diminua e modelos de produção informacional e cultural, descentralizados e baseados em padrões de compartilhamento e cooperação comecem a ganhar um papel maior na produção da economia informacional em rede.

Em um número cada maior de setores crescem a colaboração em torno da produção de bens livres e o compartilhamento, que passam a existir lado a lado com uma economia baseada em bens escassos. São novas formas de articulação em rede que mostram outros vínculos além do assalariamento, colocando em prática formas de cooperação voluntária organizada, dando vida à uma economia participativa fora do sistema jurídico de propriedade individual. “São movimentos que exploram a possibilidade de criar uma economia baseada em mecanismos de produção social na rede que é autônomo dos mecanismos de valorização do capital, ainda que não necessariamente antagonistas da produção social valorizada pela organização capitalista” (TERRANOVA, 2010, p. 156-157, tradução nossa).

As forças de compartilhamento em torno dos bens não escassos pode ter seu começo no movimento colaborativo de desenvolvimento e uso de *software* livre. Até seu surgimento em 1984, os tecnólogos computacionais trabalhavam em torno da criação de um sistema operacional que fosse capaz de rodar em todos os computadores ao mesmo tempo que conectava os servidores à Internet. Os elaboradores do UNIX, como foi chamado esse sistema operacional, abriam o código fonte e disponibilizavam-no para que fosse colaborativamente aperfeiçoado ³¹. A cultura técnica em torno do UNIX era colaborativa, sem preocupação com serviços comerciais³². Esse modo de produção por agentes que operam em um modelo descentralizado e não proprietário a partir da rede inspirou também outras áreas da produção³³, tais como da música e do repositório público de conhecimento — a exemplo da Enciclopédia de Filosofia de Stanford, da Public Library of Science e da Wikipédia — e até das telecomunicações digitais em torno de processos de

³¹ Sérgio Amadeu da Silveira (2004) aponta que tais projetos colaborativos online são permeados pela cultura *hacker*, que mais influenciou a formação e a evolução da rede e que é essencialmente contrária à prática hegemônica de propriedade dos bens não tangíveis.

³² Diante da reivindicação de direitos de propriedade do UNIX pela decisão da AT&T de fechar o código-fonte, o movimento software livre (SILVEIRA, 2004)

³³ O livro Software livre, Cultura hacker e o Ecossistema da Colaboração reúne um apanhado de artigos de diferentes autores que fizeram estudos “netnográficos” em que analisaram diferentes projetos colaborativos online, suas dinâmicas internas de trabalho, comunicação e relações de poder.

cooperação para distribuição da tecnologia WI-FI (*Wireless Fidelity*) e projetos para desenvolver polimorfismos de nucleotídeos simples (*single nucleotide polymorphisms* — SNPs) (BENKLER, 2009; SILVEIRA, 2008; LESSIG, 2004)³⁴. “[...] Wiki, de WikiWikiWeb — *wiki* quer dizer rápido em havaiano — é um sistema de colaboração em que páginas de conteúdo podem ser alteradas segundo marcações simples de formatação, sem a complexidade de similares como o HTML e publicação imediata, o que permite a visualização imediata dos resultados [...]” (LESSIG, 2004, p. 291). A Wikipédia, a maior enciclopédia eletrônica global é escrita colaborativamente por milhões de pessoas na *web*, talvez seja a maior rede colaborativa gratuita do mundo.

A hipótese que esse trabalho adota tem precedentes e é similar aos apontamentos de alguns teóricos, como o sociólogo da cibercultura Pierre Lévy (1996) e o teórico britânico Paul Mason (2017), respectivamente, que defendem que as redes digitais interativas possibilitam novas formas de inteligência coletiva, abrindo perspectivas para uma evolução social positiva e que a ascensão da tecnologia da informação abala as instituições básicas do capitalismo, ou seja, os preços, as propriedades e os salários. De forma semelhante, Yochai Benkler (2006) sustenta o potencial da produção descentralizada “em pares”, pois mais que um caminho para criar softwares, em um sentido mais amplo ela é um meio fundamentalmente novo de produzir bens, serviços e liberdade em si. O cientista político brasileiro, Sérgio Amadeu da Silveira, fez uma observação similar à de Chris Anderson sobre a cultura digital estendida ao fabrico de bens físicos, afirmando que “[...] as práticas colaborativas, presentes na Internet, estão atingindo o mundo da infraestrutura, gerando novas possibilidades de comunicação e além de ampliar o acesso às redes e à diversidade de produção cultural” (SILVEIRA, 2008, p. 42).

Nessa seção, notamos, em linhas gerais, algumas das transformações no mundo do trabalho e introduzimos as novas formas de produção e de organização do trabalho surgidas da rede que

³⁴ É o caso da Freenetwork, uma das maiores redes de compartilhamento livre de conexão cujo objetivo é permitir o livre trânsito da informação (SILVEIRA, 2008).

subvertem, ao menos em uma primeira avaliação, o assalariamento e a propriedade privada ou intelectual. Nossa aposta preliminar é a de que essas interações em redes são uma rota para fora do capitalismo e dão base para um novo sistema não capitalista.

Na prática, essas possibilidades representam iniciativas e experiências que se inserem no âmbito da Economia Colaborativa. Assim, na próxima seção, procuraremos melhor defini-las e exploraremos se suas práticas e arranjos baseiam-se em princípios e valores alternativos à produção capitalista, configurando reais possibilidades pós-capitalistas.

3.3 O SURGIMENTO DA ECONOMIA COLABORATIVA

A emergência de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento tem sido objeto de estudos para teóricos desde a sociologia, a antropologia à a filosofia e à economia. De fato, as mudanças nesta sociedade e, dentre elas, as novas formas de colaboração, foram possíveis em virtude de uma miríade de circunstâncias, mas tornaram-se mais evidentes com os desenlaces da economia pós anos 1970 e com as tecnologias da informação. Segundo Lévy (1999), os anos 1970 foram palco do desenvolvimento e comercialização do microprocessador que inaugurou uma nova fase na automação da produção industrial e em alguns dos setores terciários – cujos efeitos abarcamos de forma sucinta na seção anterior. Além dele, o computador pessoal foi inventado e, nos anos 80, a informática se fundiu ao domínio das telecomunicações, permitindo uma digitalização em larga escala — foram esses os anos da multimídia. O final dos anos 80 e início dos 90 foram marcados pela junção das redes de computadores que se formaram no final dos anos 70 ao mesmo tempo em que o número de pessoas conectadas cresceu exponencialmente. Nesse novo curso de desenvolvimento tecnoeconômico direcionado por uma corrente espontânea tal qual aconteceu com a criação do computador pessoal, “[...] as tecnologias digitais surgiram como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas como também novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32)

Foi nesse sentido que Castells (1999) salientou o novo paradigma tecnológico que possibilitou a sociedade estruturada na lógica das redes, Yochai Benkler (2006) chamou o novo estágio da economia da informação de *economia da informação em rede* e, como mencionado, Paul Mason chamou de Infocapitalismo (2017)³⁵. A tese comum entre estes autores é a de que em um número cada vez maior de setores, as redes competem com mercados, permitindo a ascensão de produção e organizações colaborativas (RIFKIN, 2012)³⁶.

Benkler (2006) observou duas mudanças paralelas que aconteceram para que as atividades não relacionadas ao mercado tivessem maior importância. A primeira foi a produção de informação e cultura, e a segunda foi a mudança para um ambiente de comunicação erigida sob processadores baratos com alta capacidade de computação, interconectados numa rede permissiva — a Internet. Enquanto a primeira permitiu que um novo padrão de produção — fora do mercado e radicalmente descentralizado — se desenvolvesse no centro das economias mais desenvolvidas, a segunda permitiu um papel maior dos setores de produção de informação e cultura fora do mercado. O indivíduo dessa economia é o *producer*³⁷, isto é, o consumidor que também é produtor do que consome (RIFKIN, 2014a), pois

O que caracteriza uma economia de informação em rede é a ação individual descentralizada — especificamente uma nova e importante ação coordenada e colaborativa realizada por distribuídos mecanismos de não mercado que não dependem de estratégias privadas — tem participação muito maior do que tinham ou poderiam ter tido na economia informacional industrial (BENKLER, 2006, p. 3, tradução nossa)³⁸

³⁵ Outros autores elaboraram o termo capitalismo cognitivo para assinalar a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo do trabalho imaterial, como André Gorz, Hardt e Negri. Ainda, a terceira onda, para Alvin Toffler diz respeito à dominância do conhecimento na produção de riqueza.

³⁶ Há também outra lógica empresarial, percebida por Ricardo Abramovay como um movimento social, em que atores privados tentam compatibilizar o crescimento do sistema econômico com os limites ecossistêmicos em suas decisões. Exemplos disso são o surgimento das empresas Benefit Corporations (empresas B) em 2008, que aliam compromissos socioambientais com suas metas econômicas (ABRAMOVAY, 2017).

³⁷ Do inglês. *producer + consumer* (TOFFLER, 1980).

³⁸ Do original, em inglês.

Para o economista Nicholas John, compartilhamento diz respeito à uma retórica usada em três diferentes contextos, mas interrelacionados, quais sejam,

[...] a web 2.0, referente aos serviços de internet baseados em conteúdos gerados pelos usuários cuja atividade constitutiva é compartilhar; economias compartilhadas de produção e consumo; e ainda, relações pessoais íntimas, em que o ethos terapêutico inclui o compartilhamento de emoções como forma de comunicação (JOHN, 2013, p. 113).³⁹

Tom Slee (2015) usa a palavra abertura (*openness*) como virtude: transformar algo em aberto é tão somente fazer com que ele não seja uma *commodity*, ou seja, “[...] tirar do reino da propriedade privada e torná-lo compartilhável [...]” (p. 26).⁴⁰ Assim, surgem os termos Economia Colaborativa, consumo colaborativo, consumo conectado, economia em pares (*peer-to-peer*) ou economia do compartilhamento (*sharing economy*) que são usados para designar atividades e práticas econômicas sem intermédio do mercado, em uma relação direta entre os pares⁴¹.

O século XXI tem sido palco de uma crescente proliferação de práticas colaborativas que não estão em linha com as práticas marcadamente competitivas do mercado nem com experiências passadas ou presentes de produção e gestão dirigidas pelos Estados. Conforme o economista Yochai Benkler, para quem o papel econômico relativo do compartilhamento muda com a tecnologia:

Existem condições tecnológicas que requerem mais ou menos capital, em maior ou menor quantidade, para provisão eficaz de bens, serviços e recursos avaliados funcionalmente. À medida em que essas condições mudam, o escopo relativo do papel das práticas de compartilhamento social na produção também muda. Quando bens, serviços ou recursos estão amplamente dispersos, seus donos podem escolher entre se engajar uns com os outros através do compartilhamento social ao invés de fazer isso por mercados ou por vínculos formais estabelecidos pelo estado, muito porque os indivíduos têm disponível os recursos necessários para fazer isso sem ter que recorrer a mercados de capital ou aos poderes de tributação estatais (BENKLER, 2004, p. 341, tradução nossa⁴²).

³⁹ Valores dessa retórica incluem noções de igualdade, mutualidade, honestidade, abertura, empatia e uma ética do cuidado (JOHN, 2013).

⁴⁰ “[...] Open source, open content e open data [...]” (SLEE, 2015, p. 233).

⁴¹ Alguns críticos também usam o termo economia de bicos (*gig economy*).

⁴²Do original, em inglês.

Rachel Botsman e Ron Rogers (2010) foram uns dos primeiros a teorizar sobre as características da economia colaborativa. Para eles, os princípios dessa economia são:

- a) atingir um nível de massa crítica em que um sistema tem *momentum* suficiente para que seja autossustentável;
- b) capacidade ociosa de recursos tangíveis ou não, com destaque para o papel da tecnologia em alocá-los;
- c) crença nos bens comuns e a aplicação deste princípio não só com conteúdo e mídia, mas em outras partes da vida, com especial destaque para o papel que o paradigma dos comuns tem na criação de valor em comunidades que partilham os mesmos interesses;
- d) a confiança em estranhos e desconhecidos, uma vez que a organização descentralizada e em pares pede que se confie uns nos outros.

Esses princípios levam à três possibilidades de colaboração:

- a) acesso aos produtos, em que se paga pelo produto ou serviço que se quer utilizar sem ter a necessidade de compra;
- b) mercados de redistribuição de bens com ou sem uma contrapartida econômica;
- c) estilos de vida colaborativos, que reúne atividades que buscam colocar em comum o espaço, o tempo, as habilidades ou o dinheiro, em formas de *coworking*, em que se incorpora valores sociais aos objetivos do grupo.

Além dos já conhecidos projetos bem-sucedidos de criação de bens públicos – a Internet e a World Wide Web, criados com base em protocolos que estão em domínio público – o exemplo mais visível em termos de economia colaborativa tem sido o movimento Software Livre (*free*

software)⁴³, organizado em 1985 com o lançamento do Manifesto GNU por Richard Stallman. Como apontado na seção anterior, esse projeto consistia em princípios de liberdade diante da tentativa de fabricantes de computadores comerciais de deter a propriedade do sistema operacional Unix. Tal plano previa escrever uma versão gratuita do sistema operacional Unix e sendo seu código fonte aberta, ficava disponível na rede para domínio público, livre para colaborem para seu aperfeiçoamento⁴⁴. Internacionalmente, muitas empresas, como é o caso da estadunidense IBM depende fundamentalmente desses tipos de softwares, e muitos governos hoje apoiam e exigem que em suas atividades internas sejam usadas apenas software livre ou de código aberto em lugar de “software proprietário” (LESSIG, 2004). Nesse sentido, o próprio *Creative Commons*, criado em 2002 pelo advogado e acadêmico Lawrence Lessig, é uma organização sem fins lucrativos que visa tornar os trabalhos criativos livres para que possam ser compartilhados legalmente e para que todos colaborem na realização de melhorias dos programas e códigos.

Com efeito, o movimento de software aberto apenas deu ímpeto a um movimento pela liberdade de informação, redimensionando a cultura e o entendimento do que seria o *comum* ao defender a abertura e a possibilidade de compartilhamento (MASON, 2017; LESSIG, 2004). Diversos autores, como Benkler (2004), Lessig (2004), Dardot e Laval (2016), entre outros (como a destacada economista Elinor Ostrom (1990)) teorizaram sobre a gestão dos comuns como alternativa à lógica de mercado.

Entende-se por *comum* bens e recursos, sejam eles materiais ou imateriais, que devem ficar à disposição de toda comunidade para serem partilhados e geridos coletivamente (DARDOT; LAVAL, 2016). Para esses autores, a palavra ‘comum’, como adjetivo ou substantivo, no singular

⁴³ O movimento software de código aberto (*open-source software*) é similar, mas, conforme Lessig (2004), esse projeto é mais focado em benefícios praticas, sem a ênfase filosófica do software livre.

⁴⁴ Em 1991, a Linux foi incorporada à GNU, e hoje é o mais famoso conjunto de softwares livres (LESSIG, 2004).

ou no plural foi retomada no contexto de conjunção de mobilizações, movimentos sociais e contestações da ordem mundial no final do século XX⁴⁵. Assim,

Em todos os manifestos, plataformas e declarações publicados nos últimos dez anos em nome da luta “contra a globalização”, o termo “comuns” ou a expressão “bem(ns) com(ns)” servem para traduzir lutas, práticas, direitos e formas de viver que se apresentam como contrários aos processos de privatização e às formas de mercantilização que se desenvolveram a partir dos anos 1980 (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 101).

Nas linhas gerais propostas por esses teóricos franceses, a reivindicação do comum é o fio condutor da alternativa que faz frente à generalização das políticas neoliberais, ou seja, contra a nova onda de apropriação das riquezas por parte do Estado e dos atores privados — os chamados “novos cercamentos” —, e contra à expansão da lógica proprietária que invade e apropria o que deveria pertencer a todos (DARDOT; LAVAL, 2016). Logo, o comum é um princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial, isto é, um “[...] regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 54).

O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das práticas faz prevalecer o uso comum sobre a propriedade privada exclusiva, o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, torna a coatividade indissociável da codecisão — não há obrigação política sem participação em uma mesma atividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Segundo o co-fundador do *Commons Strategy Group*⁴⁶, David Bollier (2008), evocar os comuns nada mais é que começar a construir um vocabulário compartilhado para designar o patrimônio intergeracional - que abarca a atmosfera, os oceanos, o genoma humano à internet,

⁴⁵ Em referência ao antigo termo *commons*, isto é, a primeira onda de cercamento que teve lugar na Inglaterra no século XVI pelos Enclosure Acts (BEAUD, 1987).

⁴⁶ Grupo que visa promover o crescimento dos *commons* ao redor do mundo e de projetos a eles relacionados.

passando pelo espaço público e pelo domínio público - que pertence ao coletivo e deve ser gerido por ele de forma responsável.

Ativista dos comuns, Silke Helfrich relaciona o paradigma do lucro e o paradigma dos comuns na tabela abaixo, traduzida por Rodrigo Savazoni (2018).

Figura 1 – Modelo Silke Helfrich

	O paradigma do lucro	O paradigma do comum
Recursos	A escassez é dada ou criada (por meio de barreiras e exclusões).	Para bens rivais, há o bastante para todos por meio do compartilhamento. Para os bens não rivais, há abundância.
	Estratégia: alocação “eficiente” dos recursos.	Estratégia: o fortalecimento das relações sociais é decisivo para garantir mercados justos e o uso sustentável dos recursos.
Ideia de indivíduo	Os indivíduos maximizam os benefícios para si (<i>Homo economicus</i>).	Os humanos são essencialmente sujeitos sociais cooperativos.
Relação humana com a natureza e outros humanos	Separação <ul style="list-style-type: none"> • Individualismo x coletivismo • Sociedade x natureza 	Inter-relacionalidade <ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos e coletivos estão aninhados uns nos outros e se reforçam mutuamente.
Agentes de mudança	Lobbies políticos poderosos, grupos de interesse e políticas institucionalizadas focadas em governos	Comunidades diversas trabalhando em redes distribuídas, com soluções que surgem das margens
Foco	Trocas mercantis e crescimento (PIB), alcançados por meio da iniciativa individual,	Valor de uso, bem-estar comum, meios de subsistência sustentáveis e complementaridade

	da inovação e da “eficiência”	da empresa
Questão central	O que pode ser vendido e comprado?	O que eu/nós precisamos para viver?
GOVERNANÇA		
Tomada de decisão	Hierárquica; de cima pra baixo; comando e controle	Horizontal, descentralizada, de baixo pra cima. Auto-organização, monitoramento e uso adequado dos recursos
Princípio de decisão	Regras da maioria	Consenso
RELAÇÕES SOCIAIS		
Relações de poder	Centralização e monopólio	Descentralização e colaboração
Relações de propriedade	Propriedade privada exclusiva. “Eu posso fazer o que quiser com o que é meu.”	Posse e uso coletivo. “Eu sou corresponsável por aquilo que cutilizo.”
Acesso a bens rivais (terra, água, florestas)	Acesso limitado; regras definidas pelo dono	Acesso limitado; regras definidas pelos usuários
Acesso a bens não rivais (ideias, códigos...)	Acesso limitado: a escassez é criada artificialmente por meio de leis e tecnologias.	Acesso ilimitado: o acesso aberto é regra padrão.
Direitos de uso	Concedidos pelo dono (ou não). Foco em direitos individuais	Decididos coletivamente pelos usuários que participam da produção. Foco no acesso justo e igualitário para todas e todos
Prática social	Prevalecer à custa do outro; predomina a competição	Commoning (fazer o comum); predomina a cooperação
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO		
	Ideologia corporativa e valores integrados na educação e na produção de conhecimento	Peer-to-peer (P2P), redes e colaboração permitem diversidade de pontos de vista.
	O conhecimento é considerado um bem escasso para ser comprado e vendido.	O conhecimento é considerado um recurso abundante para o bem comum da sociedade.
	Tecnologias proprietárias	Tecnologias abertas e livres
	Conhecimento e experiência altamente especializados são privilegiados.	O conhecimento está sujeito ao controle social e democrático.
IMPLICAÇÕES PARA...		
Recursos	Exaustão/exploração: cercamento	Conservação/manutenção. Reprodução e expansão
Sociedade	Apropriação individual x interesses coletivos	“O meu desenvolvimento pessoal é uma condição para o desenvolvimento dos outros e vice-versa.” Emancipação por meio de convivência
	Exclusão	

Fonte: Rodrigo Savazoni.

É de se destacar então que o comum além de bens (materiais e imateriais) inclui processos entre os quais os de produção de consciência - e suas consequências ou utilidades ideológicas e políticas - e de conhecimento - e suas consequências junto à esfera econômica. Assim é que Bollier (2008) fala explicitamente de “economias de aprendizagem”, que são aquelas que geram conhecimento por acúmulo, e de “economias em rede”, que pela replicabilidade o difundem. Andrea Fumagalli (2017) irá acrescentar que estes representam hoje os principais fatores de crescimento da produtividade. No entanto, elas estão em contradição entre si:

Quanto maior é a capacidade de difusão tecnológica, maior é o húmus a partir do qual, em nível sistêmico, o *general intellect* pode obter sua seiva. Mas, em uma realidade capitalista privada, o conhecimento, embora seja, por definição, uma mercadoria não escassa, mas abundante (quanto mais se troca, de fato, mais se difunde), é submetido a *enclousures* (cercas) que limitam tal difusão (os direitos de propriedade intelectual) para poder permitir que os proprietários lucrem a máxima mais-valia (FUMAGALLI, 2017, p. 12).

De fato, um dos conflitos mais importantes do século XXI é o que “opõe os potenciais de oferta e de uso de bens comuns, apoiados em poderosos dispositivos tecnológicos, e o empenho em privatizar, controlar e reduzir a transparência do crescimento destes bens comuns” (ABRAMOVAY, 2014, p. 6). Para Dardot e Laval, “[...] a mercadorização (*commodification*), o peso cada vez maior das grandes empresas (*corporatization*) e a pressão da lógica proprietária (*propertization*) vão de par e não conhecem limites políticos ou morais” (2016, p. 106). Estariam inseridos, portanto, na tendência mundial de privatização do intelecto geral (ZIZEK, 2016).

Nessa contramão da abertura observada pela maioria dos autores que fazemos menção, Bollier (2008), Abramovay (2017) e Dardot e Laval (2016), tem surgido as plataformas que conectam os que oferecem serviços com seus respectivos usuários⁴⁷. Plataformas, conforme a

⁴⁷ Como exemplos comumente citados: Uber, Etsy. No Brasil, “[...] ao lado das grandes plataformas de compartilhamento e serviços sob demanda, existem iniciativas brasileiras como ZazCar (plataforma de compartilhamento de veículo para uso pessoal), Tem Açúcar? (plataforma de empréstimos de utensílios na

definição de Nick Srnicek (2017), são infraestruturas digitais que possibilitam a interação entre dois grupos ou mais. Comumente, elas vem com ferramentas que possibilitam que os usuários construam seus produtos e ofertem serviços, ou seja, a abertura que falava Slee (2015) é ao mesmo tempo alternativa ao comércio, mas também gera outras formas de comércio.

O crescimento dos setores de trabalho autônomo e trabalho temporário estava em andamento há décadas, mas com a “economia do compartilhamento”, ele ganhou um impulso significativo em 2008, quando várias pessoas tiveram que procurar fontes alternativas de renda (SCHOLZ, 2016, p. 46-47).

As plataformas seriam exemplos de um cooperativismo de plataforma ou de capitalismo de plataforma, uma vez que a mediação é feita pelo mercado e por empresários e corporações, que lucram ao cobrar uma taxa em cima do que os trabalhadores produzem. Nesse arranjo, falta uma legislação das plataformas o que contribui para a falta de direitos trabalhistas e, por conseguinte, aumentam as chances de serviços mal remunerados e trabalho precarizado por trás de uma retórica de empreendedorismo colaborativo. Um dos casos mais conhecidos e debatidos é o da plataforma Uber e fenômenos desse tipo tem sido por isso chamados de "uberização" (ANTONIALI; PERINI, 2017). Nesses casos, os trabalhadores contratados para trabalho nas plataformas são independentes, isto é, não são protegidos pelos direitos trabalhistas usuais, não tem proteção desemprego ou barganha coletiva (SCHOLZ, 2016). Antoniali e Perini ressaltam que para essas plataformas, a liberdade de profissão não está só na abstenção estatal:

A aposta da “uberização” de diferentes mercados é justamente explorar a liberdade de profissão, propiciando a mais pessoas as condições práticas para exercício desse seu direito fundamental. A promessa é que todos têm a ganhar com a tecnologia: para os consumidores, preços menores, melhores serviços e mais conveniência; para os trabalhadores, mais autonomia e mais oportunidades profissionais. Da mesma forma que podem promover a liberdade de profissão, entretanto, essas novas plataformas podem, ao contrário, servir à precarização do trabalho (ANTONIALI; PERINI, 2017, p. 330).

vizinhança), Loggi (plataforma de entregas e serviços de entrega com motocicletas sob demanda) e Encontre um Nerd (plataforma de serviços de assistência técnica em computadores)” (SCHOLZ, 2016, p. 22-23)

Nessas novas formas de trabalho trazidas pela economia colaborativa, a narrativa do compartilhamento é aglutinada pela empresa-plataforma que tende a ficar cada vez maior conforme vai agregando mais usuários. Para Scholz (2016) e Slee (2015), tais plataformas são um novo tipo de firma ou negócio que possuem tendências monopolísticas dado que as maiores empresas tendem a comprar as menores, levando à monopolização - uma vez muito grandes e bem valorizadas nas bolsas estas empresas atraem investidores de toda ordem e ficam ainda mais poderosas.

Na esteira do que Abramovay (2017) chamou de mercantilização dos processos colaborativos, Trebor Scholz (2016)⁴⁸ advertiu que o nome de economia do compartilhamento é, na verdade, uma economia de serviços sob demanda iniciada para monetizar serviços antes privados. Além disso, atestou que a infraestrutura digital e os atuais modelos de negócios baseados em plataformas⁴⁹ não tem sido efetivos em atender as necessidades do bem comum uma vez que a eficiência é construída a partir da extração de valor para os investidores e proprietários⁵⁰. Tom Slee (2015) detalhou como grandes empresas mobilizam ideais como igualdade, sustentabilidade e comunidade para na verdade construir fortunas privadas, erodir comunidades e criar um futuro mais precário e desigual. Com efeito, essas empresas-império lançaram suas plataformas monopolistas e lucram na ausência de uma infraestrutura própria.

Assim como AOL e AT&T não construíram a Internet, e Mitt Romney não construiu seu negócio por si mesmo, as empresas na “economia sob demanda” também não construíram seus impérios. Elas estão operando o seu carro, seu apartamento, suas emoções e, mais importante, seu tempo. Elas são empresas de logística que demandam que x participante pague a quem intermedia. Nós somos transformadxs em bens; essa é a financeirização da vida comum versão 3.0 (SCHOLZ, 2016, p. 19).

⁴⁸ Esse autor utiliza x em suas obras a fim de neutralizar o uso do gênero gramatical masculino como designador do conjunto de homens e mulheres. Suas referências serão citadas nessa pesquisa de forma idêntica em parte porque também acreditamos que as práticas linguísticas devam apontar para a igualdade de gêneros.

⁴⁹ “É como Sindicato dos ladrões, de Elia Kazan, com anfetamina: trabalhadorxs digitais diárixs levantam cedo toda manhã para um leilão de seus próprios bicos [...]” (SCHOLZ, 2016, p. 34-35).

⁵⁰ Ideologia da Califórnia são crenças que surgem no contexto da cultura da internet: de que se pode se sair bem sendo bom e que os mercados são usados para aumentar a escala dos esforços de mudança social. Scholz (2016) e Slee (2015) vão na contramão de idealizar a economia do compartilhamento como sendo expressão disso.

No campo dessas relações de trabalho, ao mesmo tempo que a maior descentralização e democratização dos meios de acesso oferecem possibilidades de engajamento na colaboração em direção aos comuns, também tornam o pacto com o *ubercapitalismo* mais acessível – especialmente para os afetados pelo desemprego, aqueles que tem a necessidade de complementar a renda ou aqueles seduzidos pelas tecnologias (SCHOLZ, 2016; ANDERSON, Chris, 2012)⁵¹.

Para Kostakis e Bauwens (2014), os colaboradores vão criar ou compartilhar valor de uso enquanto o valor de troca monetizado será captado pelos donos do capital. Assim,

Nas chamadas economias compartilhadas de valor em rede caracterizadas por processos de rede que ocorrem em plataformas proprietárias, o valor de uso é criado pelos usuários de mídia social, mas sua atenção é o que cria um mercado onde esse valor de uso se torna valor de troca extraído. No reino do valor de troca, essa nova forma de capitalismo pode ser interpretada como superexploração uma vez que os criadores de valor de uso não são totalmente recompensados em termos de valor de troca, que é realizado apenas pelas plataformas proprietárias (KOSTAKIS; BAUWENS, 2014, p. 25).

Para os dois autores, a produção de valor em rede cresce e tem, de fato, muitos efeitos emancipatórios no campo social de criação de valor de uso. No entanto, está em contradição com o campo de obtenção do valor de troca onde a superexploração acontece. Há uma contradição entre o modo de produção, que é colaborativo e as formas associadas de criação de valor em rede com relações de produção, que permanecem dominadas pelo capital financeiro.

Scholz interpreta isso como uma nova forma de exploração e concentração de riqueza, cunhando o termo *espoliação pela multidão*, “executada por quatro ou cinco estrelas, que se apoia em uma massa global de milhões de trabalhadorxs em tempo real” (2016, p. 24-25). Como para Slee (2015), “não é sobre construir uma alternativa para a economia dirigida por corporações, é sobre expandir o mercado livre desregulado em novas áreas da nossa vida” (p. 51). Embora possa parecer que a economia colaborativa abunda em iniciativas, a realidade mostra o predomínio de um número limitado de firmas tecnológicas sustentadas por grandes volumes de capital de risco e,

⁵¹ É por isso que Scholz (2016) afirma que tal fenômeno ganha mais ênfase após a crise de 2008.

na prática, as plataformas são dominadas pelos serviços de hospitalidade (43%), transporte (28%) e educação (17%) (SLEE, 2015). A fim de ilustrar os grandes montantes de capital, mencionamos que a líder do segmento de hospitalidade é a Airbnb, cujo total de recursos captados em 2015 foi de 2,3 bilhões de dólares⁵².

Em razão disso é que Benkler (2004) sustenta que o compartilhamento envolve produção, ações ou serviços que devem funcionar através de relações sociais e uma ética do compartilhamento, e não via mecanismo de mercado ou sistema de preços. Em seus trabalhos, portanto, ele usa o termo *produção em pares baseado nos comuns* (2016, p. 60). Leonhard Dobusch (2017) verifica intenções diferentes na economia colaborativa, uma baseada nos comuns, em que atores contribuem aos comuns e não esperam remuneração em retorno e outra, baseada no mercado.

O que chamo de economia colaborativa baseada no mercado divide com a economia colaborativa baseada nos comuns a produção colaborativa e/ou uso de recursos por atores distribuídos, que são conectados via plataformas digitais. No entanto, contrário à abordagem baseada nos comuns, a economia colaborativa baseada no mercado apresenta uma transferência recíproca direta entre fornecedores e usuários de um recurso compartilhado, mediante uma plataforma usada conjuntamente. O que essencialmente torna essa economia baseada no mercado é o proeminente — se não dominante — uso do mecanismo de preço para coordenar fornecedores (vendedores) e usuários (DOBUSCH, 2017, p. 6, tradução nossa)⁵³.

Michel Bauwens e Vasilis Kostakis (2014) trabalham com quatro cenários dados pela atual forma do capitalismo, isto é, a partir do capitalismo cognitivo⁵⁴. Eles levam em consideração o eixo de infraestrutura, que pode ser centralizado ou descentralizado e o eixo da orientação, que pode ser direcionado à acumulação do capital ou à dos comuns. Eles nomeiam as combinações de

⁵² Em transporte, Lyft captou 1 bilhão, enquanto a competidora Uber, 7 (SLEE, 2015).

⁵³ Do original, em inglês.

⁵⁴ “Capitalismo cognitivo refere-se ao processo em que a informação, — dados, conhecimento, design ou cultura — é privatizado e mercantilizado como um meio de gerar lucro para o capital. Nessa fase do capitalismo, processos tradicionais de produção material e distribuição são assumidos pelo controle da informação como uma força motriz de acumulação de capital [...]” (KOSTAKIS e BAUWENS, 2014, p. 20).

capitalismo netárquico⁵⁵, capitalismo distribuído, comunidades resilientes e comuns global. Os dois primeiros seguem a direção da acumulação de capital, mas diferem entre si no que concerne ao controle da infraestrutura produtiva. Os dois últimos direcionam-se à produção colaborativa sob domínio civil. A hipótese dos autores é que a forma contemporânea do capitalismo é resultado de um controle centralizado de uma infraestrutura distribuída com uma orientação voltada à acumulação de capital. À essa forma os autores denominaram *capitalismo cognitivo de regime misto em sua forma netárquica*, em que o “[...] capital netárquico é a fração de capital que possibilita e fortalece a cooperação e a dinâmica colaborativa, mas através de plataformas privadas sob um controle central” (2014, p. 28). O gráfico abaixo ilustra esse modelo:

Gráfico 1 – Modelo de Bauwens e Kostakis



Fonte: Adaptado de Bauwens e Kostakis (2014).

⁵⁵ “Capital netárquico é a fração de capital que possibilita e fortalece cooperação e a dinâmica colaborativa, mas através de plataformas privadas sob um controle central” (KOSTAKIS e BAUWENS, 2014, p. 28).

Ricardo Abramovay atesta que a revolução que acontece na energia, nos materiais e na informação traz novos problemas de concentração de renda e de poder e, sobretudo, como vimos, de decomposição do mercado de trabalho⁵⁶.

Se, por um lado, esta revolução permite ampliar a riqueza, produzi-la provavelmente em condições muito menos danosas do que foi feito até aqui, ela, por outro lado, não só destrói uma quantidade impressionante de postos de trabalho, mas traz consigo um efeito muito perverso, que é o efeito *the winner takes all* (ABRAMOVAY, 2017, p.115).

Essas plataformas, portanto, baseiam-se em formas de trabalho que superexploram os trabalhadores. Pode ser caracterizado como mais uma forma simples, que parece complexa, que cria capital para que seja possível nova exploração, seguindo o ciclo da acumulação capitalista.

Importa notar que essas novas modalidades técnicas e organizacionais de trabalho são, aparentemente, formas alternativas de acumulação de capital que pertencem à luta do capital para resolver a necessidade de crescimento exponencial visto que seus impulsionadores — incremento da força de trabalho assalariada global, criação sem limites da forma-dinheiro — não tem como se expandir mais (HARVEY, 2016). O capital baseia-se no crescimento exponencial e novas oportunidades de mercado gerados pelas privatizações de ativos públicos, extensão da mercantilização e monetização de todos os aspectos do mundo vivido (e dos valores de uso criados pela colaboração orientada aos bens comuns) ou pelos novos cercamentos desses bens são importantes para manter o crescimento exponencial, mas estão em seus limites. O caminho do capital é privatizar, mercantilizar, monetizar e comercializar não só a natureza – ou os bens comuns –, mas todos os demais aspectos da vida humana são colonizados e subsumidos na lógica da comercialização (HARVEY, 2016). De maneira semelhante, ao notar que a acumulação capitalista atual se identifica com a exploração de todas as áreas da vida, indo além da exploração do trabalho

⁵⁶ Vale ressaltar que os trabalhadores são explorados através da apropriação da sua produção de mais-valia pelo capital, mas o desemprego estrutural configura-se também como uma forma de exploração (HARVEY, 2016). Como Zizek afirma, dialeticamente, a exploração inclui sua própria negação, isto é, a circulação de capital produz ativamente não trabalhadores (ZIZEK, 2014).

produtivo e remunerado, Fumagalli (2017) classifica como capitalismo biocognitivo essa fase em que todas as singularidades da vida tornam-se objeto de exploração.

As narrativas e os discursos colaborativos encontram vários sentidos diferentes e, no que tange a realidade, quatro cenários distintos podem ocorrer, no caso da teoria de Bauwens e Kostakis. As transformações nas formas de trabalho, de organização para produzir bens materiais e imateriais podem ser orientadas a produção dos comuns ou seus discursos podem ser açambarcados pelo capital que busca formas de lucro e muito lembram formas antigas de acumulação por espoliação. Veremos agora seus sentidos no setor específico de produção da informação.

3.4 AS NOVAS TECNOLOGIAS E AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

A convergência tecnológica, isto é, a integração de vários meios de comunicação em uma rede interativa levou, no campo das comunicações, à uma convergência de mídias e, a medida que o jornalismo digital foi se desenvolvendo, a imprensa mundial entrou em crise, sendo a queda mundial da rentabilidade dos jornais um exemplo disso. Assim sendo, essa pequena seção tem por objetivo compreender em seu cenário mais amplo as transformações associadas à produção de informação jornalística nas quais se inserem as novas práticas de colaboração em rede que transformam a produção e circulação da informação.

As novas tecnologias, ao confluírem para a consolidação de um novo sistema tecnológico possibilitaram a emergência de um novo sistema eletrônico de comunicação de alcance global e, por consequência, a integração dos meios de comunicação e a expansão da interatividade. Nessa esteira de transformações, tanto a Internet quanto a digitalização foram fundamentais, permitindo que as diversas modalidades de mensagens (som, imagem e dados) fossem compactadas, criando uma linguagem digital universal (CASTELLS, 1999). Combinadas, as novas e antigas tecnologias propiciaram uma rede de comunicação horizontal global, as redes de comunicação mediadas por

computadores (CMC) — que tem como características penetrabilidade, descentralização e flexibilidade⁵⁷.

Sobretudo depois dos anos 1970, a relação experimentada com a informação é nova. Lévy (1996) ressalta que o ciclo da renovação de um conhecimento em determinada área ou profissão foi encurtado e houve uma passagem visível da aplicação dos saberes estáticos para uma aprendizagem constante. A informação e o saber não são mais vistos como estáveis, mas como fluxos. Assim, não é mais apenas um grupo de especialistas, mas uma massa de pessoas que são levadas a aprender, transmitir e produzir conhecimentos de maneira cooperativa em suas atividades cotidianas (LEVY, 1996)⁵⁸.

Como a informação e o conhecimento estão na fonte das outras formas de riqueza e como figuram entre os bens econômicos principais de nossa época, podemos considerar a emergência de uma economia de abundância cujos conceitos e sobretudo as práticas estariam em profunda ruptura com o funcionamento da economia clássica. Na verdade, vivemos já mais ou menos sob esse regime, mas continuamos a nos servir dos instrumentos doravante inadequados da economia da raridade (LÉVY, 1996, p. 55-56).

Associado à verificação de que o consumo da informação e do conhecimento não são destrutivos e que sua apropriação não é exclusiva, a prática do jornalismo passa a ser vista antes como um direito humano ao invés de prática profissional (LÉVY, 1996; HARTLEY, 2008).

Opinião e informação tornam-se jornalismo quando elas são circuladas entre um público. Tecnologias de mídia e um ‘público leitor’ alfabetizado são ambos necessários para ‘transmiti-las’, o que caracteriza o jornalismo como um fenômeno moderno, desconhecido em sociedades pré-modernas (HARTLEY, 2008, p. 16, tradução nossa)

Com os processos de produção e distribuição do jornalismo convergindo para a Internet nos anos 90, o jornalismo desvincula-se da imprensa tradicional — TV, rádio, jornal impresso e revistas

⁵⁷ Segundo Castells (1999), na segunda metade da década de 90, o novo mercado formado pelo novo sistema de comunicação eletrônica a partir da fusão da mídia de massa personalizada globalizada e da comunicação mediada por computadores levou em um primeiro momento, a um controle empresarial que teria consequências duradouras. Isso importará no caso brasileiro, que será visto no próximo capítulo.

⁵⁸ Chauí (2013) fala em ideologia da competência ou da figura do “técnico competente”, ou seja, aquele que possui determinados conhecimentos tem o direito natural de mandar ou comandar os ignorantes, esquecendo que na democracia, todos os cidadãos tem direito a todas as informações que lhes permitam tomar decisões políticas.

— e as ferramentas de produção e distribuição tornam-se acessíveis pelo acesso à *web*⁵⁹. Essas duas transformações no jornalismo levaram a uma de acentuação da queda da rentabilidade do jornal impresso e à emergência de novas formas de produzir e distribuir conteúdo jornalístico. Nessas redes digitais, surgiu um novo modelo de produção de conteúdos destacadamente de autoria coletiva. Segundo Carlos Castilhos e Francisco Fialho, “[...] a comunicação deixa de ser um processo unidirecional e horizontal, para *se* transformar em um sistema rizomático, no qual já não é mais possível identificar o emissor e o receptor, tornando o mecanismo da produção da comunicação ainda mais complexo” (2009, p. 123).

Caio Túlio Costa (2014) analisou que a nova realidade trazida pela Internet implicou mudanças da imprensa tradicional, assinalando que há um descompasso entre a “cadeia de valor clássica” e a “nova cadeia de valor” na indústria jornalística. A revolução digital impactou a produção jornalística no âmbito tanto da produção quanto da disseminação de conteúdo, permitindo um novo modo de fazer jornalístico, aquele produzido fora das instituições midiáticas dominantes (fonte), organizados não hierarquicamente, coletivamente ou em bases não comerciais. Na “nova cadeia de valor”, o público consumidor também é protagonista, tornando-se igualmente produtor e distribuidor de informação, enquanto na cadeia clássica, a estrutura é composta de uma miríade de profissionais para cada setor: redação, departamentos administração, finanças, gráfica, recursos humanos, área comercial e distribuição (COSTA, 2014).

A introdução de novas tecnologias digitais reconfigurou o modelo comunicacional baseado na comunicação em massa para a comunicação em rede, ou da mídia de massa para a massa de mídia (CAPILÉ, 2013). Essa mudança marca, assim, a crescente perda de dominância dos mercados convencionais capitalistas sobre as trocas e o comércio global à medida em que os custos marginais perto de zero empurram uma parcela maior da atividade econômica para os comuns colaborativos. Quanto mais pessoas tem acesso aos meios digitais, mais elas são potenciais *producers*. As novas formas de produzir e consumir informação jornalística, nesse sentido, atestam

⁵⁹ Há extenso debate sobre as terminologias, mas a fim de não nos estendermos, importa somente salientar o tipo de jornalismo praticado na Internet, especificamente o webjornalismo que, segundo Luciana Mielniczuk (2003), diz respeito ao jornalismo que utiliza uma parte específica da Internet, a *web*.

a capacidade da rede, tal que a maior parte do processo de comunicação era e ainda é “grandemente espontâneo, não organizado e diversificado na finalidade e adesão” (CASTELLS, 1999, p. 379).

4 AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO: O ESTUDO DE CASO DE DUAS AGÊNCIAS BRASILEIRAS

Para Lévy (1999), o melhor uso que se faz dos instrumentos de comunicação com suporte digital é conjugar as inteligências e as imaginações humanas na direção da inteligência coletiva, que tem por finalidade colocar os recursos de grandes coletividades a serviço do comum. Como vimos, novas ideias, práticas e técnicas estão a emergir em todos os setores, sendo que interpretá-las requer um estudo mínimo de suas possibilidades. A leitura inicial que fizemos no início desse trabalho foi de que as novas práticas colaborativas de produção configuravam práticas pós-capitalistas. Vimos até aqui, contudo, que existem muitos tipos de colaboração, diversos atores e vários projetos e interesses em jogo nesse universo. Tateamos brevemente alguns deles e pudemos verificar as tendências que se contrapõe, longe de ser uma prática homogênea em direção ao pós-capitalismo ou ao bem comum.

Esperamos que diante da complexidade que é apontar caminhos do universo colaborativo, um estudo mais detalhado de um setor específico pode nos ajudar a compor uma leitura mais fundamentada dos limites e alcances dessas práticas. É o que será feito nesse último capítulo. Escolhemos o setor produtivo da informação uma vez que é ele que constantemente se transforma e é transformado nos novos processos de comunicações transversais.

4.1 O SEGMENTO JORNALÍSTICO BRASILEIRO E A PRODUÇÃO ALTERNATIVA DA INFORMAÇÃO

As novas formas de produção e circulação da informação estão diretamente vinculados, como vimos na seção precedente, às novas tecnologias e ao contexto da colaboração. No caso brasileiro, essas novas formas colaborativas são características do que convencionou-se chamar de jornalismo independente. Por sua vez, as práticas do jornalismo independente estão permeadas por valores que fogem aos valores da mídia tradicional e, portanto, da lógica capitalista de produção da informação, tornando-as, como veremos, como herdeiras direta da mídia alternativa. Assim, esta seção tem

como objetivo introduzir o jornalismo independente brasileiro — situando-o no contexto mais amplo de mídia alternativa — e apontar as principais características dessas novas formas de produção e circulação da informação.

A produção jornalística independente se insere no contexto da mídia alternativa que, segundo Máximo Simpson Grinberg, configura um contraponto às mídias não como tais, mas como instrumentos de poder (GRINBERG, 1987). Conforme Chauí (2008b), os meios de comunicação fazem parte de um todo mais amplo que assegura, junto com a religião e as instituições, a dissipação e a naturalização da ideologia da classe dominante⁶⁰. São legitimadores da ideologia neoliberal e, por consequência, contribuem para o encolhimento do espaço público enquanto alarga o espaço privado dos interesses de mercado que porta uma racionalidade para o funcionamento da sociedade (CHAUÍ, 2008b). Antes de ser uma ideologia ou política econômica, Dardot e Laval (2016) observam que o neoliberalismo é uma racionalidade, como razão do capitalismo contemporâneo. É um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que universalizam a concorrência para o modo de governo dos homens, ou seja, a expansão da racionalidade de mercado e da concorrência a toda a existência. É um quadro normativo, inscrito nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais e que encontra subjetivação contábil e financeira do indivíduo a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. A relação do indivíduo com ele mesmo é análoga a do capital com ele mesmo, e ele é considerado como capital humano que necessariamente tem que se expandir e se valorizar (DARDOT; LAVAL, 2016). A cultura e a comunicação de massas, como forma de ocultar esses processos, cria um emaranhado de produtos e serviços culturais médios através dos meios de comunicação de massa e outras ferramentas que, segundo Chauí (2008a), encobre a luta de classes⁶¹. Para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2013),

⁶⁰ A ideologia contemporânea, cuja peculiaridade está em seu “modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e sua eficácia social, política e cultural funda-se na crença na racionalidade técnico-científica” (CHAUÍ, 2006, p. 76) aparece como discurso do social, em que o social aparece constituído e regulado por essa racionalidade técnico-científica.

⁶¹ A luta de classes no Brasil se exprime como medo: “[...] a classe dirigente tem medo de perder seu poder e seus privilégios; a classe dominante teme perder riquezas, bens e propriedades; a classe média teme a pobreza, a proletarização, a desordem e a classe trabalhadora teme o desemprego, a morte cotidiana, a violência patronal e policial, a queda na marginalidade, na miséria e arbitrariedade dos poderes constituídos [...]” (CHAUÍ, 2006, p. 104)

o comportamento de parte da mídia brasileira é de substituir os partidos políticos, isto é, o debate que deveria acontecer em outros lugares — no Parlamento, entre os partidos e pela sociedade — é monopolizado por ela.

O espaço da Internet configura, assim, uma arena de embate de hegemonia cultural e política e, no caso Brasil, parcela da produção jornalística se insere no monopólio da classe dominante através dos meios de comunicação. Em torno das mídias alternativas, segundo o pesquisador Alexandre Haubrich, “[...] as mídias alternativas são democráticas e de luta e não devem ser extremamente verticalizadas, possuindo vinculação com movimentos populares e fundamentalmente detentoras de um discurso transformador” (HAUBRICH, 2018, s.p). Segundo ele, é necessário que comunicadores e militantes se apropriem das tecnologias de comunicação a fim de disputar narrativas sobre a história que está sendo contada a respeito da conjuntura política brasileira (HAUBRICH, 2018).

Como lembra Bernardo Kucinski, em mídia alternativa, o radical alternativo “[...] contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado à políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (2001, p. 5).

O fenômeno alternativo, embora complexo, teve contornos nítidos ao longo do tempo, desde os pasquins panfletários do período regente (que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos), à jornais anarquistas de operários meio século depois (1880-1920), somando quase quatrocentos títulos, à imprensa dos anos 1970, herdeira da imprensa panfletária dos pasquins e dos jornais anarquistas que criaram um espaço público contra-hegemônico. Esses jornais “[...] dirigiam-se à sociedade civil e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças [...]” (KUCINSKI, 2001, p. 10). Ainda, para esse autor, os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo:

Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos (KUCINSKI, 2001, p. 10).

Nos termos de Dardot e Laval (2006), práticas contrárias à racionalidade neoliberal se inserem em uma outra razão de mundo, portanto, próprio ao campo de surgimento da mídia alternativa brasileira. O teórico do conceito mídia radical alternativa, John Downing (2009), conceituou que a mídia radical alternativa está em tudo em que possa haver comunicação, ou seja, para além dos veículos de comunicação em massa, é um processo ao mesmo tempo social, estético, cognitivo e tecnológico. Ainda, põe em cheque a interatividade, afirmando que há um entrelaçamento entre produtores e receptores.

Como herdeiro da mídia alternativa, o jornalismo independente define um novo modelo de produção, que segundo a Agência Pública (2018), surgiu em rede, é coletivo e não está ligado à grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas e, portanto, está livre das sanções de qualquer tipo por parte dos investidores.

Configurando a passagem da mídia de massas para a massa de mídias e da comunicação em massa para a comunicação em rede, os modelos de produção e distribuição de informações dessas mídias independentes não operam conforme os modelos de negócios da mídia tradicional, apresentando gêneros alternativos de conteúdo à mídia tradicional e, em sua maioria, fugindo da lógica mercadológica das grandes empresas de comunicação. Estão inseridas em um modelo das redes sociais, que não é mais analógico ou baseado na produção centralizada de informação e na distribuição desta por grandes canais (FELICE, 2014).

Satuf (2016) caracteriza as mídias independentes como atores que usam as tecnologias móveis de comunicação (smartphones e redes móveis como 3G, 4G ou Wi-Fi) como vetores de “empoderamento”, articulando as redes de comunicação para agir ou reagir diante dos poderes constituídos e funcionam pelo modelo *peer-to-peer*, baseado “numa concepção mais horizontal e aberta da comunicação potencializada pelo uso de telefones móveis e smartphones interconectados” (SATUF, 2016, p. 11). Trata-se de “um jornalismo produzido a partir de mobilizações instantâneas e pontuais, operado por atores tecnologicamente empoderados que se unem para interferir no campo político, econômico ou cultural” (SATUF, 2016, p. 11).

Desse modo, nessa seção, vimos como as novas práticas de produção da informação colaborativas vinculam-se a ideias de defesa da informação livre, vista como direito e relacionada a a outra percepção de mundo que não a mercadológica. Considerados como independentes e

identificados dentro dessa perspectiva de negação da lógica capitalista, o próximo tópico procura observar em que medida as práticas e valores dos coletivos Mídia NINJA e Agência Pública podem mesmo ser considerados pós-capitalistas.

4.2 AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO NA MÍDIA NINJA E AGÊNCIA PÚBLICA

Os casos analisados nessa seção são da Mídia NINJA e da Agência Pública uma vez que seus discursos e práticas tem como valores norteadores máximos a colaboração e o compartilhamento que chocam-se com alguns pressupostos capitalistas básicos — o de propriedade privada do conteúdo produzido, o assalariamento como vínculo de trabalho e a valorização do valor como objetivo da produção. Iremos destacar os procedimentos internos ligados à organização do trabalho e aos processos de produção da informação, analisando como é obtido o financiamento do grupo e a remuneração dos membros.

A metodologia adotada foi de análise de trabalhos que investigaram diretamente as práticas dos grupos em questão e trabalhos sobre mídias alternativas e jornalismo independente. Como referências principais, para a Mídia Ninja, usamos o trabalho de pesquisa de Fernanda Bastos (2018), que empreendeu uma apuração empírica através de observação participante, questionários e entrevistas; para a Agência Pública, usamos o trabalho de Aline Cristina Xavier (2015), que na elaboração de um modelo de negócios da AP, verificou junto à agência suas práticas e processos de trabalho (financiamento, produção e distribuição).

A Mídia NINJA

Tomados como os herdeiros da imprensa alternativa, a Mídia N.I.N.J.A (Narrativas independentes, Jornalismo e Ação) foi criada a partir do conjunto de coletivos culturais Fora do Eixo (*FdE*) em 2011. Ganhou destaque ao cobrir os protestos do Movimento Social Organizado (M.S.O) Tarifa Zero a partir de transmissões audiovisuais de dentro dos movimentos no contexto das manifestações de julho de 2013 via sua página oficial na rede social *Facebook* (LORENZOTTI,

2014). Trata-se de uma mídia livre⁶², ativista, independente, que conta com a produção de conteúdos por colaboradores fixos e não-fixos situados em diferentes cidades e até países.

A Mídia Ninja foi criada por midialivristas, estudantes universitários de diversas áreas ligadas à comunicação, que em geral começaram o ativismo com web-rádios, rádios comunitárias, movimento Fora do Eixo etc. O termo vem de mídia livre, mas não foi inventado no Brasil, embora sempre tenhamos tido por aqui experiências de mídia alternativa (FELICE, 2014, p. 112);

Para Capilé (2013), a participação da Mídia NINJA na mídia está inserida em um contexto de crise de representatividade da imprensa tradicional. O que eles buscam é

[...] alinhar a informação com um conjunto de valores e direitos sociais, com os quais temos compromisso e que para nós são fundamentais. Nossas pautas são nossas causas. Acreditamos no movimento e na transformação social, a partir de uma experiência radical de mídia livre e distribuída, a serviço de uma nova narrativa social, mais comunitária e mais afetiva (MÍDIA NINJA, 2018).

O pesquisador Tucker Landesman apresenta o Mídia NINJA como representativo da cena midiática alternativa brasileira. Para ele, é possível diferenciar os coletivos e projetos de mídia independente, como o é o Ninja, pelo seu apelo à democratização da mídia, isto é, crítica e resposta à mídia *mainstream* brasileira. “Não é uma ideologia servida como mídia, antes é uma ideologia da mídia: jornalismo cidadão, participativo e transparente organizativamente, rejeitando os modelos de receitas das empresas baseados em lucro” (LANDESMAN, 2013, p. 44, tradução nossa). Com base nas suas formas de produção jornalística que fogem aos padrões estéticos tradicionais, antes de considerar a atuação de uma mídia independente como alternativa à imprensa tradicional, ela estabelece um contraponto narrativo ao sistema midiático oficial (MARTINEZ; PERSICHETTI, 2015).

O coletivo se define como um canal economicamente e politicamente autônomo, sem fins lucrativos, cujo trabalho e financiamento remete ao grupo de colaboradores e, como extensão, ao Fora do Eixo. De acordo com a pesquisa feita sobre as três palavras que os “ninjas” consideram importantes ao pensar o Mídia NINJA, as mais citadas foram colaboração, rede e midialivrismo (BASTOS, 2018).

⁶²Conforme Lorenzotti (2014), são aquelas iniciativas que se inspiram no compartilhamento e na cultura do comum.

Em entrevista, um dos colaboradores fixos, Pablo Capilé (2013), afirma que o coletivo se sustenta através de recursos advindos da organização de iniciativas que fazem pelo Brasil — oficinas, debates e festivais — bem como recebem recursos ou doações de organizações nacionais e internacionais. Todos os membros da equipe orgânica vivem em casas colaborativas e se dedicam exclusivamente à Mídia NINJA. As práticas cotidianas desses membros são orientadas por valores que o grupo acredita que devem orientar a sociedade. De acordo com a entrevistada abaixo, a mídia não é imparcial. Eles assumem um lugar de fala, que é a da defesa da democracia, da diversidade cultural e se posicionam de maneira transparente e direta. O editorial é coletivo e defende o “[...] interesse público, o direito à informação e ampla visibilidade de pautas e movimentos sociais ligados aos direitos humanos, comunicação, cultura, moradia, política, economia, meio ambiente e outras agendas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018). Além dos colaboradores fixos, estão o que Azevedo e D’Andrea (2018) chamou de não-orgânicos, ou seja, aqueles que colaboram para a rede, mas não vivem nela. Esses, conforme a pesquisa, geralmente tem emprego fixo, são independentes financeiramente, possuem algum vínculo com a área da Comunicação e se dedicam à colaboração sem vínculos de remuneração⁶³.

A estrutura organizacional é horizontal e com base democrática (BASTOS, 2018). Em definição da colaboradora Louise Akemi, “[...] é um modelo horizontal, coletivo que valoriza a formação do indivíduo, a diversidade, as mulheres e isso também se torna um ponto positivo para não ser uma empresa que funciona verticalmente [...]” (BASTOS, 2018, p. 65). Ao organizar a produção, são horizontais e permitem que haja fluxo de colaboradores entre as equipes, assim todos podem desempenhar diferentes funções.

O conteúdo jornalístico produzido não é mercantilizado. A ênfase do coletivo é, pela ação, tão somente ser e produzir uma alternativa livre e mais democrática à produção jornalística tradicional, que é centralizada e condicionada por interesses políticos e/ou econômicos. Em entrevista, a colaboradora Claudia Schulz afirma,

A Mídia Ninja é uma rede midiativista distribuída pelo Brasil, que incide diretamente nas disputas de imaginário contemporâneas e colabora com a obtenção de conquistas públicas, mobilizando centenas de cidadãos para produzirem suas próprias narrativas. Assim, damos voz e visibilidade à grupos historicamente marginalizados, atuando na contramão dos interesses do sistema de comunicação corporativo no Brasil. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas

⁶³ Em 2013, o grupo contava com 2000 colaboradores (BASTOS, 2018).

identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI (BASTOS, 2018,s.p).

No entanto, a lógica da Mídia está inserida em uma lógica econômica. Ainda que preze e defenda um ponto de vista alternativo ao jornalismo convencional, o jornalismo na rede pressupõe outra lógica econômica a delinear ambas a atividade do jornalista e a do leitor na construção da informação democrática (TORTURRA, 2013). O leitor assumiria tal responsabilidade através da participação e contribuição ao financiamento coletivo (*crowdfunding e crowdsourcing*). Capilé (2013) fala em “novas lógicas de produção” no século XXI e Torturra (2013), de não dependência de dinheiro privado.

Nesse modelo

[...] não há mais a predominância da disseminação de informação de um centro para os públicos em volta. Há, sim, a construção colaborativa de narrativas e conteúdos feitos por muitos atores e resultantes em uma pluralidade de pontos de vista. É essa distinção tecnocomunicativa que diferencia e separa as grandes empresas midiáticas da Mídia Ninja e das demais formas de produção e distribuição de informações em redes. As empresas midiáticas tradicionais, formadas e desenvolvidas com base no modelo analógico, disseminam informações por meio de fluxos informativos unidirecionais. Já as mídias em redes, como a Mídia Ninja, atuam através de uma forma comunicativa de construção colaborativa de conteúdo (FELICE, 2014, p. 108).

A remuneração dos colaboradores que vivem coletivamente não é fixa e se dá de forma compartilhada através de um cartão que todos tem a senha (CAPILE, 2013). O dinheiro é disponibilizado em rede e tem por finalidade o sustentar os jornalistas que moram nessas casas coletivas do FdE e os custos relacionados à produção de conteúdo. Há ainda uma moeda social, o Fora do Eixo *Card*, que é uma das estratégias organizacionais, bem como escolas e imersões de formação de midiativismo. Bastos (2018) caracterizou essas políticas de estímulos internos e de retroalimentação do sistema como estratégia organizacional.

A Agência Pública

A Agência Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos fundada só por mulheres em 2011. São ao todo 23 membros da equipe institucional, divididos em Administração, Redação, Comunicação, Desenvolvimento, Revisão, Checagem e Audiovisual. Contam com um Conselho Consultivo, isto é, uma equipe variada e fixa de profissionais do jornalismo brasileiro que se reúnem duas vezes ao ano para aconselhar a Direção Executiva da

agência. Há remuneração mensal de todos os colaboradores permanentes, mas eles reiteram que o Conselho Executivo não é remunerado e não tem poder decisório (XAVIER, 2015; AGÊNCIA PÚBLICA, 2018). Contam ainda com parcerias externas, como jornalistas colaboradores, republicadores e parceiros diversos que, juntos, somam 89 ligações. De acordo com as observações do dia-a-dia da Agência, Xavier (2015) afirma que embora haja delimitação de cargos, os papéis e a rotina de trabalho são flexíveis, sendo que os colaboradores têm liberdade de trabalhar em qualquer etapa do ciclo de produção, não delimitando-se às funções previamente delimitadas, tendo, inclusive, liberdade de criar projetos e executá-los.

Como valores, tem:

- a) a defesa e promoção dos direitos humanos;
- b) promoção à informação e qualificação do debate democrático;
- c) apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias;
- d) construção da igualdade de gênero;
- e) e a cooperação, com estímulo à formação de jornalistas éticos e competentes tendo como âmbito o Brasil e a América Latina. Investigam

[...] a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018).

O tempo de trabalho é flexível, sendo que os colaboradores elaboram seus próprios horários de trabalho. Em 2014, por exemplo, concordaram em trabalhar dia sim e dia não, podendo cada um escolher quanto tempo ficam na sala de redação (XAVIER, 2015). Outros colaboradores repórteres, que atuam em campo, são tão flexíveis quanto ao trabalho como o são os da redação. Segundo Xavier (2015), o objetivo é que todos compreendam que estão comprometidos em produzir o projeto com qualidade.

Além de produzir, também estimulam o jornalismo independente através de programas de mentorias para jornalistas, concursos de microbolsas de reportagem, eventos de discussão sobre jornalismo e programas de apoio a projetos inovadores. Neste intuito, também criaram a Casa Pública no Rio de Janeiro, um centro que reúne programas que se destinam ao apoio do jornalismo fora da tradicional indústria de notícia brasileira e latino-americana.

As reportagens são disponibilizadas no domínio da página sob a licença do *Creative Commons* para compartilhamento e a disseminação de conteúdos é feita por canais pessoais e pelos colaboradores externos.

A AP foi fundada por meio de um *grant* (filantropia) da *Ford Foundation* e a organização manteve suas estruturas básicas com as concessões dessa fundação. Além da *Ford Foundation*, há mais financiadores institucionais, quais sejam: *OAK Foundation*, *Climate and Land Use Alliance*, *Open Society Foundation* e Instituto Betty e Jacob Lafer⁶⁴. Além desses, a captação de recursos se dá por atuações passivas e ativas por compartilhamento de agenda em que a AP apresenta um projeto a um financiador ou um financiador procura a AP para produzir determinado conteúdo (XAVIER, 2015). Também contam com doações e alguns projetos que usam *crowdfunding* como fonte de receita. Tem por meta que a agência seja financiada principalmente pelo público (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018).



No entanto, a Agência não se considera um veículo alternativo à mídia tradicional, ou seja, não se opõe a ela, embora trate de temas não privilegiados pela grande mídia. São antes um produtor e distribuidor de conteúdo em *creative commons*, e tem por meta que a mídia tradicional utilize o material produzidos por eles (XAVIER, 2015). Nesse sentido, atuam em parcerias com a mídia tradicional e a grande imprensa para alargar a distribuição e a divulgação de conteúdos.

Utilizamos o espaço da próxima seção para fazer as conclusões finais sobre os processos de colaboração analisados.

A fim de ilustrar com mais precisão o que orienta os modelos de negócios das agências, compilamos os dados em torno de palavras-chave que caracterizam a forma de produção e distribuição dos coletivos analisados:

Figura 2 – Palavras-chave para as práticas da Mídia NINJA e Agência Pública.

⁶⁴ Segundo eles, são instituições que apoiam tradicionalmente projetos de direitos humanos, jornalismo investigativo, mídia independente e transparência (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018).

		
Organização	Vertical/Hierárquica	Horizontal/Em rede
Produção de Informações	Centralizada	Distribuída
Vínculo	Assalariado	Colaborativo
Conteúdo e Informação	Mercadoria	Direito
Distribuição da Informação	Unidirecional	Relacional/Interativa
Atores	Divisão imprensa-público	Prosumidores
Financiamento	Única fonte de receita	Diversificação de fontes de receita
Objetivo principal	Econômico	Socio-político
Interesse público	Líderes de opinião	Qualificação do debate público

Fonte: elaboração nossa.

4.3 AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO: PÓS-CAPITALISMO?

Levando em consideração os autores estudados na pesquisa, observamos que ambos os coletivos surgiram nas redes interativas do ciberespaço como novo meio da comunicação que surge da interconexão mundial de computadores (LÉVY, 1999). É ele um campo de batalha de interesses e projetos diversos, em que os industriais da comunicação passam a dividir espaço cada vez mais com movimentos sociais que se organizam através da cooperação e da criação coletiva.

O que poderia ser chamado de cultura digital, cibercultura ou cultura *hacker* reúne características que tem em comum o princípio da colaboração, do compartilhamento e do livre acesso e desenvolvimento da informação e do conhecimento (ANDERSON, Chris, 2012; LEVY, 1999; SILVEIRA, 2008). Esses princípios não se concentram apenas na rede, antes são estendidos à organização em torno da produção de informação de modo que os atores que partilham desses princípios colaboram na produção de conteúdo jornalístico livre sem possuir objetivos de lucro. No que tange à organização de trabalho, cooperam mutuamente de forma não hierárquica, apenas com distribuição de tarefas específicas que não são rígidas visto que dizem ter flexibilidade para realizar outras tarefas que não as previamente estabelecidas.

No que tange à leitura pós-capitalista, de não inserção no sistema de mercado, a conclusão tem de ser delicada. Nenhum dos dois coletivos podem existir sem recursos monetários dos quais utilizam para viver – no caso da Mídia NINJA –, para produzir e conduzir suas atividades. No caso da AP parte dos recursos é utilizada para remuneração de seus colaboradores fixos e manutenção da casa Pública. Ainda que afirmam não serem motivados por interesses financeiros (o que os autoqualifica como independentes), parte da escolha e aprovação de projetos vincula-se a um financiador que procura a agência para produzir determinado conteúdo – o que Xavier (2005) chamou de compartilhamento de agenda). Assim, não são financeiramente independentes, mas podem se dizer editorialmente independentes, ou seja, eles advogam que suas pautas não tem pressões externas. Outra razão que nos leva a não precipitar em concluir além do que pode ser visto na prática é que os discursos de ambos grupos não se inserem numa oposição à acumulação de capital. No caso da Mídia NINJA, pretendem ser uma alternativa narrativa e no caso da AP, pretendem democratizar a informação através de maior alcance e fomentar o jornalismo independente e, para isso, não estão a negar ou fazer um contraponto a nenhuma outra forma de produção da informação, pelo contrário, pretendem complementá-la e utilizar-se dela para a replicação de seu conteúdo.

O que podemos concluir é que o conteúdo que se produz e é circulado não é uma mercadoria, e ambos coletivos atuam fazendo frente à lógica proprietária. A informação jornalística criada em conjunto se torna um meio para atingir um – ou vários – fim(ns). Dentre os fins verificados, vimos que podem ser de promoção da democracia, enriquecimento do debate público, fomento do

jornalismo independente, ou seja, comunizar para a inteligência coletiva. Com isso, pode-se dizer que a reivindicação do comum é o fio que une as duas propostas, isto é, atuam fazendo frente à apropriação do que se considera comum. As razões para isso são que a premissa máxima dos coletivos é de que a informação é um bem comum, portanto, um direito que deve ser partilhado. Logo, pode-se dizer que os dois se organizam para a criação de um valor compartilhado e, no caso da Mídia NINJA, também de produção de uma forma de vida compartilhada. Nos dois casos estudados, pudemos observar os dizeres de Botsman e Rogers (2010) no que se refere ao reconhecimento de que o bem coletivo depende uns dos outros, que se traduz na própria criação do coletivo. De maneira mais específica, pode-se dizer que se enquadram dentro da crença dos comuns ao focarem seu conteúdo em pautas condizentes e adequarem muitas de suas práticas à eles. Como exemplos, citamos os ninjas aplicando seus valores não só na produção midiática, mas em outras partes da vida, criando uma comunidade de convívio não só virtual, mas real. No caso da Agência Pública, além dos projetos e pautas de jornalismo investigativo, também operam com princípios de transparência (dados relativos aos gastos podem ser acessados no site da agência, por exemplo) e utilizam a licença *Creative Commons*, ligado ao paradigma dos comuns. Ainda, ao terem como meta que a maior parte de seu financiamento seja público, corroboram a perspectiva compartilhada da contribuição de cada pessoa na criação e manutenção do recurso compartilhado ao mesmo tempo que se beneficiam deles (BAUWENS; KOSTAKIS, 2017).

Em ambos os coletivos, a infraestrutura tecnológica torna possível essas relações de produção, sendo que a Internet e as redes sociais configuram desde instrumentos de trabalho à meios de comunicação entre os pares e ferramentas através dos quais podem captar recursos (pelas plataformas de financiamento coletivo) e transmissão de informação.

5 CONCLUSÃO

Com o trabalho, pudemos entender que transformações recentes nas relações sociais de produção se comunicam com transformações nas forças produtivas. Dentro dos propósitos destacados no início do trabalho, eram objetivos analisar o modo de produção capitalista e como se daria a passagem deste para outro através da leitura das contradições. Além disso, era de

interesse abordar as transformações nas forças produtivas, as relações sociais que as acompanham e analisar o caso de dois coletivos brasileiros no que tange a suas práticas que se propõe alternativas. Assim, a partir da convergência tecnológica, ressaltamos os novos espaços no âmbito da web e a colaboração digital dali surgida. Não nos detemos a ela e, assim, explicamos como os tipos de compartilhamento que tiveram lugar no âmbito digital se estendem para a produção física de bens físicos também. No entanto, vimos que qualquer sentido único que se aplique as técnicas é errônea uma vez que estão em jogo interesses diferentes. Destacamos, desse modo, que há uma direção tecnológica visando a distribuição – do acesso, da produção – mas que se choca com o movimento do capital em lucrar com as novas formas de organização do trabalho. Assim, se o objetivo central era vislumbrar se as transformações nas relações sociais de produção fazem parte de uma direção pós-capitalista, concluímos que qualquer sentido único que se aplique as técnicas é errônea uma vez que estão em jogo interesses diferentes.

No que tange aos objetivos secundários da pesquisa, dividimos o trabalho em capítulos que contemplassem cada um deles. Desse modo, no segundo capítulo, ao estudar Marx, analisamos a passagem de um modo de produção a outro, e identificamos na contradição elementar – das forças produtivas em constante conflito com as relações sociais de produção – a resposta para isso. Destacamos que segundo outros autores marxistas, como os citados no trabalho – Pierre Levy e Perry Anderson – as forças produtivas não se desenvolvem e demandam novas relações de produção. Antes, elas se condicionam mutuamente. Entendemos também a essência do Capitalismo, isto é, assalariamento e valorização do valor, e sublinhamos as contradições do capital ao explicar como sua continuidade não é certa. Trouxemos os estudos de alguns teóricos que analisam o fim do capitalismo – Wolfgang Streeck, Randall Collins, David Harvey, Jeremy Rifkin e Paul Mason – e nos debruçamos mais naqueles que analisam que as novas tecnologias trouxeram algo novo que coloca em cheque esse sistema: a colaboração. Dessa forma, destacamos que Rifkin e Mason atentam para direção tecnológica abrindo espaço para uma nova economia de abundância, para Rifkin e para o pós-capitalismo, para Mason.

No terceiro capítulo, observamos as transformações nas forças produtivas e as relações sociais que as acompanham, enfatizando a colaboração e seus nomes diferentes conforme o teórico. Ressaltamos a crescente complexificação nas formas de ser do trabalho, atentando para a

flexibilidade e as novas organizações em rede. Observamos então que apesar de uma colaboração em torno do comum – bens ou recursos que devem permanecer a disposição da comunidade para serem partilhados e geridos coletivamente – há uma tendência de cercamento em torno destes também, isto é, uma lógica proprietária que avança para novos terrenos muito em resposta uma das contradições do capital, conforme nota Harvey.

Tendo em vista que tínhamos também como objetivo analisar os limites e alcances experiências mais recentes de produção da informação, o quarto capítulo desenvolveu-se nesse sentido. Nele, atentamos para as mudanças em relação às práticas que envolvem produção de informação, primeiro analisando que a própria informação é cada vez mais vista como comum e o jornalismo como direito humano, distanciando-se da prática profissional. A convergência tecnológica, nesse sentido, permitiu a democratização, tanto do acesso e consumo de conteúdo quanto da produção. Vimos que as novas formas de produção e circulação da informação fogem à lógica capitalista de produção jornalística em virtude de não ter no assalariamento sua relação social determinante e no lucro seu fim. Examinamos as práticas e os valores dos coletivos Mídia NINJA e Agencia Publica no intuito de identificar se seus processos são de fato alternativos à lógica capitalista. Como resultado dessa investigação, atestamos que suas práticas e valores destoam da lógica da mídia tradicional, principalmente no que tange a organização e a finalidade. Podemos dizer que, dentre outras conclusões, os coletivos aproximam-se da teoria em torno do comum, desenvolvido por Dardot e Laval.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **A economia híbrida do Século XXI**. Rio de Janeiro, 2014.
<Disponível em <http://ricardoabramovay.com/wp-content/uploads/2015/02/A-Economia-H%C3%ADbrida_do-Século-XXI_De-Baixo-para-Cima_Abramovay_12_2014.pdf> Acesso em: 14 out. 2018.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Ética, economia e rupturas tecnológicas: uma entrevista com o professor Ricardo Abramovay. In: ZANATTA, Rafael A. F., DE PAULA, Pedro C. B, KIRA, Beatriz (org.). **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 107-128. Disponível em: < http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Economias_do_compartilhamento_e.pdf> Acesso em: 07 out. 2018.
- AGÊNCIA PÚBLICA. **Agência de Jornalismo Investigativo**. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/>> Acesso em: 05 out. 2018;
- ANDERSON, Chris. **Makers: the new industrial revolution**. New York: Crown Business, 2012.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**, 3 ed, São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ANTOLIALLI, Dennys; PERINI, Fernando. A economia do compartilhamento em países em desenvolvimento: mapeando novos modelos de negócio e tensões regulatórias In: ZANATTA, Rafael A. F., DE PAULA, Pedro C. B, KIRA, Beatriz (org.). **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017. P. 311-346. Disponível em: < http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Economias_do_compartilhamento_e.pdf> Acesso em: 07 out. 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- AZEVEDO, Agatha; D'ANDREA, Carlos. Mídia Ninja não orgânica: quem são e o que pensam os colaboradores sobre o jornalismo?. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio. **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 609-628.
- BALIBAR, ÉTIENNE. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. IN: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler o capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 153-235.
- BASTOS, Fernanda. **Identidades do jornalismo cidadão: uma análise da cultura organizacional da Mídia Ninja**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BAUWENS, Michel; KOSTAKIS, Vasilis. P2P e Comuns: entre Pós-Capitalismo e cooptação.

Outras Palavras. São Paulo, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/posts/p2p-e-comuns-entre-pos-capitalismo-e-cooptacao/>> Acesso em: 19 nov. 2018.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo:** de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENKLER, Yochai. Sharing Nicely: On Shareable Goods and the Emergence of Sharing as a Modality of Economic Production. **The Yale Law Journal**, v. 114, n. 2, p. 273-358, nov. 2004. Disponível em <<https://www.yalelawjournal.org/essay/sharing-nicely-on-shareable-goods-and-the-emergence-of-sharing-as-a-modality-of-economic-production>> Acesso em: 25 out. 2018.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom.** New Haven: Yale University Press, 2006. Disponível em: <http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf> Acesso em: 28 set. 2018.

BOLLIER, David. **Viral Spiral: How the Commoners Built a Digital Republic of Their Own.** New York: The New Press, 2008.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Rogers. **O que é meu é seu: Como o consumo colaborativo vai mudar o mundo.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRACONIER, Henrik; NICOLETTI, Giuseppe; WESTMORE, Ben. Policy Challenges for the Next 50 Years. **OECD Economic Policy Papers**, No. 9. Paris, OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/5jz18gs5fckf-en>> Acesso em: 15 set. 2018.

CAPILÉ, Pablo. Mídia Ninja: “É preciso oxigenar a velha mídia”. **Congresso em foco**, Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/midia-ninja-%E2%80%9Ce-preciso-oxigenar-a-velha-midia%E2%80%9D/>> Acesso em: 10 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Aprender a viver no caos pode não ser tão nocivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2018. <Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/aprender-a-viver-no-caos-pode-nao-ser-tao-nocivo-afirma-manuel-castells.shtml>> Acesso em: 18 ago. 2018.

CASTILHO, Filho; FIALHO, Francisco. O jornalismo ingressa na era da produção colaborativa de notícias. In: RODIGUES, Carla (org.). **Jornalismo Online: Modos de Fazer.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e Editora Sulina, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. IN: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2018a.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008b

COLLINS, Randall. The end of middle-class work: no more escapes. IN: WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Does Capitalism have a future?** Oxford: Oxford University Press, 2013.

COSTA, Caio Tulio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital. **Revista de Jornalismo ESPM**. abr/mai/jun. 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B17Kzd_mFtzrdVF4dEFQMnJWakE/edit> Acesso em: 27 out. 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOBUSCH, Leonhard. **Sharing Economy between Commons and Commodification**. Innsbruck, 2017. Disponível em: <https://www.jku.at/conferences/content/e290365/e321486/e321494/Dobusch_GreaTrans.pdf> Acesso em: 03 out. 2018.

DOWNING, John. Entrevista com John Downing. **FAMECOS**: Porto Alegre. n. 38. Abr. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5293>> Acesso em: 21 dez. 2018.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Fulgor, 1962.

FELICE, Massimo di. Mídia de massas versus massa de mídias. IN: LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo século XXI: O modelo #MídiaNINJA**. p. 105-117. 2014. Disponível em: <https://www5.usp.br/wp-content/uploads/Ninja_Imprensa.pdf> Acesso em: 07 out. 2018.

FRASER, Nancy. Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism. *New Left Review*, London, v. 86, p. 55-72, Mar./Apr. 2014. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/86/nancy-fraser-behind-marx-s-hidden-abode>> Acesso em: 20 set. 2018.

FUMAGALLI, A. A 'uberização' e as encruzilhadas do mundo do trabalho. **Revista IHU**, nº503. São Leopoldo, 2017.

GERSHENFELD, Neil. Neil Gershenfeld, o fabuloso. **Público**, Lisboa, 8 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2007/12/08/tecnologia/noticia/neil-gershenfeld-o-fabuloso-1481805>> Acesso em: 17 out. 2018.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora, 1987.

HARTLEY, John. Journalism as a human right: the cultural approach to journalism. IN: Löffelholz, Martin; Weaver, David. **Global journalism research : theories, methods, findings, future**. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 39-51. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/13331/1/Journalism_as_a_Human_Right_%28Hartley_chapter%292.pdf> Acesso em: 26 out. 2018.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. Neoliberalismo, projeto político. São Paulo, **Outras Palavras**, 30 jun. 2017 Disponível em <<https://outraspalavras.net/posts/neoliberalismo-projeto-politico/>> Acesso em: 27 set. 2018.

HARVEY, David. **O Enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUBRICH, Alexandre. Lançamento de livro sobre mídias alternativas debate os rumos da comunicação popular. **Observatório da Comunicação Pública**, Porto Alegre, 3 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/1/593/lancamento-de-livro-sobre-midias-alternativas-debate-os-rumos-da-comunicacao-popular/>> Acesso em: 15 nov. 2018.

HERBERG, Mikkael. Petróleo vai continuar em alta, diz especialista. **Folha de São Paulo**, 23 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/petroleo-vai-continuar-em-alta-diz-especialista.shtml>> Acesso em: 28 out. 2018.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. IN MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IRENA. **Global Energy Transformation: A Roadmap to 2050**, International Renewable Energy Agency, Abu Dhabi, 2018.

JOHN, Nicholas. The Social Logics of Sharing. **The Communication Review**, 2013. Disponível em

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714421.2013.807119?journalCode=gcrv20>>
Acesso em: 07 out. 2018.

KOSTAKIS, Vasilis; BAUWENS, Michel. **Network Society and Future Scenarios for a Collaborative Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

LANDESMAN, Tucker. Heroes of the street: three radical social movements in Brazil that you should know about. In: **Voices of Resistance from Occupied London**. London, v. 1, n. 5, p. 41-48, 2013.

LESSIG, Lawrence. **Cultura Livre: Como a Mídia Usa a Tecnologia e a Lei Para Bloquear a criação Cultural e Controlar a Criatividade**. 2004. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2018.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo século XXI: O modelo #MídiaNINJA**. 2014.

LULA, Luís Inácio da Silva. O necessário, o possível e o impossível. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINEZ, Monica; PERSICHETTI, Simonetta. **Mídia Ninja: a narrativa fotojornalística brasileira na era digital**. *Líbero*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 55-64, jan./jun. de 2015. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Monica-e-Simonetta.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta a filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). Porto, Publicações Escorpião, 1976.

MASON, Paul. **Pós-Capitalismo**: um guia para o nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MÍDIA NINJA. **Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação**. 2018. Disponível em: <<http://midianinja.org/>> Acesso em: 07 out. 2018.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. IN: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos (Org.). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**. Cambridge: University Press, 1990. Disponível em: <http://www.burmalibrary.org/docs20/Ostrom-1990-governing_the_commons.pdf> Acesso em: 18 nov. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. Discurso, v. 4, n. 4, p. 41-78, 9 ago. 1973. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1973.37760>> Acesso em: 11 out. 2018.

RIFKIN, Jeremy. **A terceira revolução industrial**: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo. São Paulo: M. Books, 2012.

RIFKIN, Jeremy. Estamos diante do fim das energias fósseis. **El País**, Madrid. 26 jul. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/21/tecnologia/1469105247_499897.html> Acesso em: 03 out. 2018.

RIFKIN, Jeremy. The 2016 World Economic Forum Misfires With Its Fourth Industrial Revolution Theme. **Huffington Post**, New York, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/jeremy-rifkin/the-2016-world-economic-f_b_8975326.html> Acesso em: 16 out. 2018.

RIFKIN, Jeremy. **The zero marginal cost society**: the internet of things, the collaborative commons, and the Eclipse of Capitalism. New York: Palgrave MacMillan, 2014a.

RIFKIN, Jeremy. **Jeremy Rifkin on the fall of capitalism and the internet of things**. 22 abr. 2014b. (4:39). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3xOK2aJ-0Js>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SAVAZONI, Ricardo. **O comum entre nós**: Da cultura digital à democracia do século XXI. 2018.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativo. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: Edufba, 2008.

SLEE, Tom. **What's Yours Is Mine**: Against the Sharing Economy. New York: OR Books, 2015.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STREECK, Wolfgang. **How will capitalism end?** Essays on a failing system. Brooklyn, New York: Verso, 2016.

SWEETZ, DOBB, TAKAHASHI, HILTON, HILL. **Do Feudalismo ao Capitalismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

TORTURRA, Bruno. Mídia Ninja: “É preciso oxigenar a velha mídia”. **Congresso em foco**, Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/midia-ninja-%E2%80%9Ce-preciso-oxigenar-a-velha-midia%E2%80%9D/>> Acesso em: 10 nov. 2018.

TOFFLER, Alvin. **A terceira Onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

XAVIER, Aline Cristina Rodrigues. **Agência Pública**: Espaços, atores, práticas e processos em reconfiguração na produção de investigações jornalísticas. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade). Curso de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Problema no Paraíso**: do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2001. Disponível em: <http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf> Acesso em: 05 out. 2018.